



FUNDOS DE PENSÃO NO CONGRESSO

ANABB e entidades representativas do funcionalismo do BB movimentam-se para mudar projeto de lei sobre fundos de pensão. Ações já geraram resultados

ACÇÃO FGTS TR

Fique por dentro dos próximos passos

ENDIVIDAMENTO

Serviço jurídico orienta associados

ELEIÇÕES NA PREVI

Confira entrevista com os candidatos



AÇÃO nº 238

Ao ler a matéria “Fundos de pensão na berlinda”, publicada na edição nº 238 do jornal Ação, fiquei muito preocupado com o futuro da Previ. Proponho que URGENTEMENTE seja iniciado um movimento em defesa dessa associação que nos representa para que a nova regra aprovada pelo Senado Federal seja alterada, permitindo aos associados escolher seus dirigentes entre os aposentados, por meio do voto, como sempre o fez. A mudança aprovada pelo Senado é o primeiro passo para que interesses espúrios aos associados sejam implementados no futuro, pois onde existir dinheiro existe a possibilidade de investidas dos mal-intencionados.

Mário Cardin

Cornélio Procópio – PR

Nota da Redação: Prezado associado, a matéria de capa desta edição mostra a atuação da ANABB no Congresso Nacional para aperfeiçoar o PLP nº 268/2016.

BANCO DO BRASIL

É assustadora a quantidade de informações em blogs relatando a intenção desse governo provisório de promover a privatização/terceirização do BB. Acredito que seja papel fundamental dessa Associação nos manter informados sobre o que está ocorrendo. Todos sabemos que eventual privatização certamente inviabilizaria a Cassi e atingiria também a Previ. Tudo isso nos traz incertezas e muita insegurança. A ANABB tem papel importantíssimo em nossa defesa e acredito estar passando da hora de manifestar-se.

Vicente de Paulo Rodrigues de Arruda Quirinópolis – GO

Nota da Redação: Prezado associado, a ANABB está em constante articulação com parlamentares, ministros e autoridades para defender o Banco do Brasil e contribuir para um Banco útil à sociedade. A Associação está analisando o assunto para trabalhar com

subsídios concretos e, se for o caso, participar da discussão no Executivo e no Legislativo, sem prejuízos da análise no campo jurídico.

ORIENTAÇÃO JURÍDICA

Embora sabendo de sua existência, desconhecia a louvável eficiência do serviço de Orientação Jurídica da ANABB. A rapidez no atendimento merece meu mais efusivo reconhecimento. Não se surpreendam, caso eu me torne useiro – claro, dentro do razoável – desse instrumental.

Mahmud Ahmed

São José dos Campos – SP

Hoje, pela primeira vez, fiz uso da assistência jurídica da ANABB. Fiquei positivamente surpreso com o atendimento do escritório Hugo Jerke Advogados. Parabênz nossa ANABB pelo time de competentes profissionais e pela disponibilização de tão importante serviço a seus associados.

Denivaldo Saldanha

Carmo do Rio Claro – MG

Pela segunda vez, estou usando os serviços oferecidos. A equipe de advogados destaca-se pela competência e pela presteza no esclarecimento de minhas dúvidas jurídicas. Agradeço à ANABB este tipo de atendimento que facilita a vida dos associados.

Anézia Martins Buhner

Irati – PR

ATENDIMENTO

Precisei sanar algumas dúvidas de meu interesse junto à ANABB e recorri ao atendimento por telefone. Logo após a identificação inicial, que achei uma chatice, fui surpreendido pela simpática funcionária Fernanda Fernandes, que se estendeu em explicações sobre o problema em pauta, com muita tranquilidade, objetividade e segurança. Fiquei satisfeito com o atendimento. Parabéns pelo serviço prestado.

Veridiano Lucas da Silva

Colatina – ES

Este espaço destina-se à opinião dos leitores. Por questão de espaço e estilo, as cartas podem ser editadas e serão publicadas apenas as selecionadas pela ANABB. Envie comentários, sugestões e reclamações para jornal@anabb.org.br ou para SCRS 507 Bl. A Lj. 15 – CEP: 70351-510 – Brasília/DF.



A Gráfica e Editora Positiva é licenciada pelo IBRAM - Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF - sob o nº 072/2010. Todo o papel utilizado na impressão do Jornal Ação é oriundo de reflorestamento ecologicamente correto.

DIRETORIA EXECUTIVA

REINALDO FUJIMOTO

Presidente

JOSÉ BRANISKO

Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

DOUGLAS SCORTEGAGNA

Vice-Presidente de Comunicação

HAROLDO DO ROSÁRIO VIEIRA

Vice-Presidente de Relações Funcionais

JOÃO BOTELHO

Vice-Presidente de Relações Institucionais

CONSELHO DELIBERATIVO

Luiz Oswaldo Sant'ago (Presidente)

Ana Lúcia Landin

Antonio José de Carvalho

Antonio Sérgio Riede

Augusto Silveira de Carvalho

Cecília Mendes Garcez Siqueira

Célia Maria Xavier Larichia

Claudio José Zucco

Claudio Nunes Lahorgue

Denise Lopes Vianna

Emílio Santiago Ribas Rodrigues

Fernando Amaral Baptista Filho

Iris Carvalho Silva

Irmair de Castro Fonseca

Isa Musa de Noronha

Maria das Graças Conceição Machado Costa

Maria do Céu Brito

Maria Goretti Fassina Barone Falquetto

Nilton Brunelli Azevedo

Tereza Cristina Godoy Moreira dos Santos

William José Alves Bento

CONSELHO FISCAL

Williams Francisco da Silva (Presidente)

Anaya Martins de Carvalho (titular)

Vera Lúcia de Melo (titular)

João Antônio Maia Filho (suplente)

Maria Lizete da Silveira (suplente)

Verdi Barros Bezerra (suplente)

DIRETORES REGIONAIS

Regional AC-01: Julia Maria Matias de Oliveira

Regional AL-02: Nilson Roberto Lopes Vieira

Regional AP-03: Samuel Bastos Machado

Regional AM-04: Valéria Moura Campos

Regional BA-05: José Easton Matos Neto

Regional BA-06: Jonas Sacramento Couto

Regional BA-07: Paulo Vital Leão

Regional BA-08: Maruse Dantas Xavier

Regional CE-09: Maria José Fabelina de Oliveira

Regional CE-10: Ozimara Panaforte S. Caetano

Regional DF-11: Hélio Gregório da Silva

Regional DF-12: José Augusto de Oliveira

Regional DF-13: Antônio José Teixeira Siqueira

Regional DF-14: Wellington Mendonça dos Santos

Regional DF-15: José Augusto Cordeiro

Regional ES-16: Sebastião Ceschim

Regional GO-17: Elézer Lemes da Silva

Regional GO-18: José Carlos Teixeira de Queiroz

Regional MA-19: Camilo Gomes da Rocha Filho

Regional MT-20: Daniel Ambrósio Fialkoski

Regional MS-21: Valdeir Ciró de Souza

Regional MG-22: Luiz Carlos Fazza

Regional MG-23: Eustáquio Guglielmelli

Regional MG-24: Matheus Fraiha de Souza Coelho

Regional MG-25: Amir Alê de Aquino

Regional MG-26: Aníbal Moreira Borges

Regional MG-27: Maria Rosário Fátima Durães

Regional PA-28: Fábio Gian Braga Pantoja

Regional PB-29: Maria Aurinete Alves de Oliveira

Regional PR-30: Aníbal Rumiatto

Regional PR-31: Antônio Ribas Maciel Jr.

Regional PR-32: Moacir Finardi

Regional PR-33: Carlos Ferreira Kravicz

Regional PE-34: Carolina Maria de Godoy Matos

Regional PE-35: José Alexandre de Silva

Regional PI-36: Francisco Carvalho Matos

Regional RJ-37: Antônio Roberto Vieira

Regional RJ-38: Maurício Gomes de Souza

Regional RJ-39: Carlos Fernando S. Oliveira

Regional RJ-40: Mário Magalhães de Sousa

Regional RJ-41: Agenor da Rocha e Silva Neto

Regional RJ-42: Eduardo Leite Guimarães

Regional RN-43: Damião Casado de Resende

Regional RS-44: Antônio Cladir Tremarin

Regional RS-45: Valmir Canabarro

Regional RS-46: Edmundo Velho Brandão

Regional RS-47: Paulo Bastos Noronha

Regional RS-48: Maria Avani Cervo

Regional RS-49: Hermes Antônio M. Saldanha

Regional RO-50: Marco Antônio Anders de Almeida

Regional RR-51: José Antônio Ribas

Regional SC-52: Carlos Francisco Pamplona

Regional SC-53: Aurélio José Bizotto

Regional SC-54: Aلسione Gomes de Oliveira Filho

Regional SP-55: Maria Cecília Censoni

Regional SP-56: Nilton Cifuentes Romão

Regional SP-57: Waldenor Moreira Borges Filho

Regional SP-58: Reginaldo Fonseca da Costa

Regional SP-59: Adilson Antonio Meneguella

Regional SP-60: Honório Almirão Filho

Regional SP-61: José Roberto Leme

Regional SP-62: José Antonio Galvão Rosa

Regional SP-63: Jaime Bortoloti

Regional SP-64: Juvenal Ferreira Antunes

Regional SE-65: Almir Souza Vieira

Regional TO-66: Crispim Batista Filho





ATUAÇÃO QUE GERA RESULTADOS

Reinaldo Fujimoto – Presidente da ANABB

Para quem ainda tem dúvidas sobre a representatividade da ANABB, nos últimos dois meses, mostramos a força da Associação no Legislativo e no Executivo. Por um lado, entramos em uma verdadeira arena de negociações com os deputados para evitar que o Projeto de Lei Complementar nº 268/2016 fosse aprovado em regime de urgência na Câmara dos Deputados; por outro, confirmamos que a unidade realmente nos torna mais fortes.

A matéria de capa desta edição do jornal Ação mostra, de forma geral, o trabalho da ANABB junto aos parlamentares. Por onde passamos levando a bandeira da ANABB, fomos bem recebidos e, principalmente, fomos reconhecidos pelo trabalho desenvolvido em favor de milhares de pessoas. Não é qualquer entidade que carrega uma marca tão expressiva. Deixamos registrado que a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil trabalha em nome de mais de 203 mil participantes e assistidos da Previ, funcionários da ativa, aposentados e pensionistas do BB, e defende o interesse de aproximadamente 800 mil pessoas que dependem da Caixa de Previdência.

Na reunião viabilizada pelo Congresso em Foco, no fim do mês de julho, com o novo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), por exemplo, a ANABB foi a única entidade representativa da classe bancária que participou do encontro. Havia pessoas de diversos setores da economia e nossa presença foi de extrema importância para reforçar nosso posicionamento. Nessa reunião, ficou claro o interesse do presidente Rodrigo Maia em discutir a governança dos fundos de pensão.

Também nos reunimos com o secretário de Políticas de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Abi-Ramia Caetano. O secretário é a maior autoridade na área de previdência do governo. O cargo equivale ao de ministro da Previdência, órgão que foi incorporado ao Ministério da Fazenda na última reforma ministerial. Pedimos que fosse criado um fórum entre governo, lideranças do Congresso Nacional, representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos dos fundos de pensão para que haja negociação dos pontos do PLP nº 268/2016 que merecem ser aperfeiçoados.

Um forte argumento foi a diferença existente entre os diversos fundos de pensão, que possuem tamanhos e recursos totalmente desiguais, o que impossibilita que muitos possam se adequar ao que está sendo exigido pelo projeto. Além disso, reivindicamos que a votação do PLP nº 268/2016 só ocorra após as negociações entre o governo, o Congresso Nacional e os representantes de entidades relacionados aos fundos

de pensão. Mesmo sabendo que o posicionamento dele era o mesmo do governo, ou seja, a favor do projeto, o secretário foi receptivo a nossos argumentos e garantiu que a nossa reivindicação seria levada para o Ministério da Fazenda, a Casa Civil e a Presidência.

Além disso, temos apoio da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF), que apresentou, durante um seminário promovido pela Abrapp e pela Anapar, uma proposta para suspensão do regime de urgência do PLP nº 268/2016. Em seu argumento, a OAB/DF destacou que está buscando o apoio das entidades representativas da previdência complementar fechada para propor novo requerimento a ser assinado pelos líderes partidários, “para a extinção da tramitação em regime de urgência, de modo a permitir a discussão do PLP nº 268/2016 de forma mais ampla e mais bem alinhada à importância estratégica do tema”.

Nos inúmeros encontros realizados no Congresso Nacional com parlamentares da base aliada do governo, da oposição, dos partidos menores – todos eles listados na matéria de capa desta edição –, ficou claro que a união entre as entidades fez toda a diferença. A AAFBB, a Faabb, a Anapar, a Abrapp, entre muitas outras, estão lutando pelo mesmo ideal. Essa robusta participação também está contribuindo para as vitórias que alcançamos até agora.

Muitas têm sido as ações realizadas pela ANABB. Além das reuniões com deputados, temos divulgado diariamente notícias sobre o assunto em nosso site e enviado e-mails aos associados, conclamando todos a remeter mensagens às lideranças partidárias para votarem contra o projeto da forma como veio do Senado Federal.

O trabalho ainda não acabou e seguimos firmes mostrando o posicionamento da ANABB: não somos contrários à totalidade do projeto, pois acreditamos que ele contém avanços importantes para nosso sistema de previdência complementar. A mobilização busca aperfeiçoar temas polêmicos e efetuar ajustes no texto do projeto que contemplem os interesses dos participantes e dos assistidos da Previ.

A ANABB possui 30 anos de existência e uma história de representatividade e defesa dos interesses legítimos de funcionários da ativa e dos aposentados do BB, especialmente nas questões relacionadas à Previ e à Cassi. Com mais esta atuação no Congresso Nacional, estamos lutando para obter um modelo de gestão melhor para os fundos de pensão. Uma gestão mais transparente e cada vez mais profissional é de suma importância a aposentados e pensionistas, pois garante a certeza do pagamento presente e futuro dos benefícios para milhares de famílias.

Boa leitura! ■



ENTIDADES DO BB S DEFESA DA PREVI

Entidades representativas dos funcionários do BB e fundos de pensão mostraram sua força na mobilização por alterações ao Projeto de Lei Complementar nº 268/2016, que trata da governança dos fundos de pensão patrocinados por empresas estatais

Acompanhar a tramitação de projetos que versam sobre fundos de pensão é uma das prioridades da ANABB, pois a entidade acredita que eles podem ter impacto na vida dos associados. De 2015 para cá, esse assunto ganhou ainda mais importância por conta das movimentações ocorridas no Congresso Nacional.

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão deu notoriedade aos *déficits* ocorridos nos maiores fundos do país vinculados ao Banco do Brasil (Previ), à Caixa Econômica (Funcef), à Petrobras (Petros) e aos Correios (Postalis).

A ANABB acompanhou todo o trabalho e a influência que a CPI teve no Senado Federal, visto que alguns senadores se adiantaram aos resultados esperados pela CPI e aceleraram a tramitação de projetos que preveem regras mais rígidas na governança dos fundos. Entre esses projetos estão o Projeto de Lei do Senado (PLS) Complementar nº 388/2015, chamado de “projeto para combater a influência política nos fundos de pensão”, que teve uma das mais rápidas tramitações já vistas no Senado, apenas dez meses.

Com a aprovação do projeto no Senado, em abril deste ano, o antigo PLS nº 388/2015 recebeu nova numeração na Câmara dos Deputados e passou a ser o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 268/2016. A ANABB articulou-se com diversas entidades para garantir que os avanços obtidos na governança da Previ não fossem perdidos com as mudanças propostas pelo governo. No entanto, a rápida aprovação no Senado não considerou as sugestões encaminhadas pelas entidades representativas dos participantes e dos patrocinadores dos fundos de pensão. Sem ter ouvido as entidades, o Senado aprovou um texto que deixou de levar em conta a experiência de quem lida com o tema em seu dia a dia e representa os mais interessados pela boa governança dos fundos.

A partir daí, a ANABB mudou sua estratégia de atua-

ção política quanto à tramitação do projeto na Câmara. O ponto principal defendido pela ANABB é a manutenção da paridade nos órgãos de administração (Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal) com garantia de eleição de representantes dos participantes e dos assistidos.

A imposição de um texto sem diálogo prévio trouxe um cenário inédito: a união de todas as entidades dos fundos de pensão, tanto de representantes de patrocinadores quanto de participantes, que se manifestaram contrárias ao projeto na forma como foi aprovado no Senado.

TRAMITAÇÃO RELÂMPAGO

Em meados deste ano, a Associação foi surpreendida: o projeto teve novamente sua tramitação acelerada e entrou na pauta da Câmara dos Deputados, em 8 de junho, sem passar pela análise de nenhuma comissão, para ser votado em regime de urgência. Desde então, a ANABB entrou em uma batalha: uma luta de ideias, diálogos, negociações e articulações que até agora rendeu importantes vitórias para a Associação e para as entidades envolvidas nas discussões.

Em seu texto original, o PLP definia o fim da eleição de diretores nos fundos de pensão que são patrocinados por empresas e órgãos públicos; e reduzia a representação dos participantes e dos patrocinadores nos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que antes ocupavam metade das vagas nos conselhos e agora passariam a contar com um terço delas, devido à inserção de membros independentes contratados no mercado por empresas especializadas.

Caso fosse aprovado na forma como veio do Senado Federal, o PLP nº 268/2016 perderia a boa intenção de resguardar os fundos de pensão e acabaria com importante conquista dos participantes da Previ, alcançada a duras penas. Via de regra, os profis-

E UNEM EM

sionais da Previ possuem expertise nas áreas em que atuam e isso tem proporcionado os bons resultados do fundo ao longo do tempo, reconhecidos inclusive pela CPI dos Fundos de Pensão, que avaliou a forma de governança da Previ como modelo a ser seguido. A Previ é hoje o maior fundo de pensão da América Latina, com mais de R\$ 160 bilhões de ativos e 112 anos de história.

POSICIONAMENTO DA ANABB

Por que então não adotar o modelo de governança da Previ como padrão para os demais fundos? Isso certamente aliviaria as preocupações existentes no âmbito do governo em relação à gestão dos fundos de pensão.

Embasada nesse argumento, a ANABB começou um intenso processo de negociação com os deputados. Ao lado de outras entidades, a Associação participou de dezenas de reuniões com lideranças e deputados de partidos da base do governo e da oposição, durante vários dias, mostrando que NÃO é contra o PLP nº 268/2016, por acreditar que ele contém avanços importantes para nosso sistema de previdência complementar. A mobilização sempre buscou efetuar ajustes no texto do projeto que contemplem os interesses dos participantes e dos assistidos da Previ e aperfeiçoar temas polêmicos.

Nas reuniões, as entidades solicitavam que os participantes dos fundos de pensão fossem ouvidos, por meio de audiências, e que houvesse tempo para apreciação do projeto, possibilitando mais diálogo com a população impactada pela decisão e permitindo, assim, melhorias na gestão dos fundos.

VITÓRIAS DA ANABB

Além de o PLP nº 268/2016 não ter sido aprovado na data prevista pela Câmara dos Deputados, dia 8 de junho, as entidades atuaram de forma unificada, mantendo diálogo permanente com deputados de todos os partidos. O resultado dessa atuação pode ser visto na prática. O deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), relator do projeto, elaborou substitutivo que contempla algumas das propostas feitas pela ANABB e pelas entidades. Entre elas estão as cláusulas que tratam da composição paritária dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e a retirada de vedações que não permitiriam a participação de funcionários que tivessem sido titulares de cargo em comissão no empregador/patrocinador. O texto original do projeto de lei complementar incluía no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal a figura do conselheiro independente, que seria selecionado no mercado por empresas especializadas, para administrar os fundos de pensão.

Ademais, por solicitação das entidades, o deputado também acatou os pontos mais relevantes do projeto de lei complementar elaborado com base nos resulta-



Dirigentes da ANABB com o dep. JHC



Diretoria da ANABB visita dep. Waldir Maranhão, quando ainda era presidente da Câmara



Representantes de entidades visitam parlamentares



Secretário de Políticas de Previdência do Ministério da Fazenda com Diretoria da ANABB

dos apurados pela CPI dos Fundos de Pensão (PLP nº 274/2016), como a criação do Comitê de Investimento, que terá a presença de representante dos participantes e dos assistidos. O trabalho das entidades possibilitou que essas cláusulas fossem alteradas, tendo como referência o atual modelo de gestão da Previ, com paridade entre participantes e patrocinador, sem a presença de conselheiros independentes.

Agora, a ANABB e as entidades lutam para manter a paridade também na Diretoria Executiva. Para tanto, continuam se reunindo com lideranças partidárias em busca de ajustes no projeto de lei que contemplem os interesses dos participantes e dos assistidos dos fundos.

A ANABB produziu uma emenda ao projeto de lei complementar e está se articulando com alguns deputados para que a apoiem, o que já foi feito pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), por exemplo. Entre os pontos encaminhados pela ANABB e defendidos pelo deputado estão:

- permanência da paridade e eleição para a Diretoria Executiva;
- paridade e eleição para os Conselhos Deliberativo e Fiscal; e

- retirada do impedimento aos conselheiros que tenham sido titulares de cargos em comissão no empregador.

MOBILIZAÇÃO DAS ENTIDADES

Muitas foram as reuniões promovidas pela ANABB e pelas demais entidades para debater o PLP nº 268/2016. No início de junho, a Associação reuniu-se com a presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), deputada Conceição Sampaio (PP/AM), além da deputada Maria do Rosário (PT/RS). Em conjunto com a Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB), a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB) e a Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil do Distrito Federal (AFABB/DF), foram feitas visitas ao gabinete de diversos parlamentares, de lideranças e de deputados de partidos da base governista e da oposição (Bloco PP, PTB, PSC; Bloco PMDB, PEN; PT; PR; PSDB; PSB; PSD; DEM; PRB; PDT; Bloco PTN, PTdoB, PSL; PCD do B) para revisão das propostas de mudança do projeto.

Também foram feitas visitas aos deputados Efraim Filho (DEM/PB), Augusto Carvalho (SD/

27/7

- Reunião promovida pelo Congresso em Foco com o novo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ).
- Diretores da ANABB reúnem-se com o secretário de Políticas de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Abi-Ramia Caetano. O cargo equivale ao de ministro da Previdência, órgão que foi incorporado ao Ministério da Fazenda na última reforma ministerial.

11/7

- A ANABB reuniu-se com o deputado JHC (PSB/AL), que incorporou em seu substitutivo as sugestões da entidade quanto à necessidade de paridade em todos os órgãos da administração dos fundos.

6/7

- Em reunião articulada a pedido da ANABB pelo deputado JHC (PSB/AL), o então presidente da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP/MA), o líder do governo, deputado André Moura (PSC/SE), e o vice-líder do governo, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), retiraram o PLP nº 268/2016 da pauta de votação da sessão do dia.

27/6

- A ANABB reuniu-se com o deputado João Campos (PRB/GO) e expôs detalhadamente toda a emenda para modificação do PLP nº 268/2016.

21/6

- O deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) acolheu algumas das propostas de emenda encaminhadas pela ANABB para apresentar em Plenário.

20/6

- A mobilização em torno do PLP nº 268/2016 ganhou mais fôlego devido às duas semanas em que os deputados tiveram menos dias para as sessões plenárias, por conta das festas juninas em seus estados.

16/6

- Os dirigentes da ANABB reuniram-se com o deputado JHC (PSB/AL). O deputado lidera ações em prol do reconhecimento e do fortalecimento do sistema de previdência complementar no Brasil.

15/6

- A ANABB entregou manifesto em todos os gabinetes dos parlamentares, reforçando o posicionamento de que a experiência exitosa da Previ pode contribuir para o aperfeiçoamento legal da gestão dos fundos de pensão.

14/6

- Os dirigentes das entidades foram recebidos pelo deputado Sergio Souza (PMDB/PR) e entregaram manifesto em que apresentam seu posicionamento sobre o PLP nº 268/2016.



Dep. Rodrigo Maia recebe dirigentes da ANABB



Dirigentes expõem posicionamento para dep. Sérgio Souza

DF), Sérgio Souza (PMDB/PR), Marcus Pestana (PSDB/MG), JHC (PSB/AL) e João Campos (PRB/GO), e ao ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima (PMDB/BA). Efraim Filho foi presidente da CPI dos Fundos de Pensão e Sérgio Souza, o relator. JHC é presidente da Frente Parlamentar dos Fundos de Pensão e Pestana é um dos deputados indicados para ser relator do PLP nº 268/2016. Todos se sensibilizaram com os argumentos das entidades. Após reunião, articulada a pedido da ANABB pelo deputado JHC, com o então presidente da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP/MA), o líder do governo, deputado André Moura (PSC/SE), e o vice-líder do governo, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), as entidades conseguiram que o PLP fosse retirado da pauta de votação na sessão de 6 de julho. ■



Dep. Rodrigo Maia com entidades em encontro promovido pelo Congresso em Foco

14/6

- Como forma de apoio, o deputado Sérgio Souza (PMDB/PR), atendendo a proposta da ANABB, intermediou um encontro, que aconteceu no gabinete da liderança do governo, entre os dirigentes das entidades, os líderes dos partidos da base aliada e o ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima (PMDB/BA).
- A mobilização com os parlamentares continuou e os dirigentes das entidades foram recebidos pelo deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), relator do PLP nº 268/2016.

9/6

- Os dirigentes das entidades visitaram os gabinetes de diversos deputados, entre eles: Efraim Filho (DEM/PB), Augusto Carvalho (SD/DF) e Sérgio Souza (PMDB/PR).

8/6

- As entidades representativas reuniram-se, na sede da ANABB, em Brasília, e na Câmara dos Deputados, para discutir o PLP nº 268/2016.

2/6

- A ANABB reuniu-se com a presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputada Conceição Sampaio (PP/AM), e com a deputada Maria do Rosário (PT/RS).



Reunião com representantes de entidades na ANABB



Deputados recebem entidades

O BICHO PAPÃO DO EN

O endividamento tem assombrado os brasileiros. O Serviço de Orientação Jurídica da ANABB esclarece dúvidas sobre dívidas, cobranças indevidas e outras questões referentes a consumo

Por Josiane Borges

Devo, não nego; pago quando puder. Em um momento delicado da economia brasileira, com a alta do desemprego e dos juros, está cada vez mais difícil manter as contas em dia e este ditado popular tem sido presente no cotidiano de muitos brasileiros assombrados com a inadimplência. Hoje, cerca de 60 milhões de consumidores estão com os nomes negativados, de acordo com levantamento da Sersa Experian. O número é a maior marca já registrada pela empresa desde que iniciou a medição em 2012.

Já os dados do Serviço Nacional de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) afirmam que metade dos adultos entre 30 e 39 anos está com o nome nas listas de inadimplentes. Para o presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Honório Pinheiro, a quantidade de consumidores negativados reflete o atual cenário econômico com piora dos índices de renda e aumento das demissões. “Ao longo dos últimos dois meses, o movimento da inadimplência tem sido influenciado pela contínua piora do cenário econômico, que corrói a renda das famílias, e pela maior restrição ao crédito. De um lado, essa restrição limita o potencial de endividamento das pessoas, mas, por outro, a queda da renda impõe ao consumidor dificuldades para pagar dívidas e honrar seus compromissos financeiros”, diz o presidente.

O endividamento tem ainda outro aspecto sombrio: as práticas abusivas de cobrança. Apesar de toda a insegurança, o devedor também tem direitos e precisa ficar atento ao que é permitido ou não na hora da cobrança.

ORIENTAÇÃO JURÍDICA DA ANABB AUXILIA OS ASSOCIADOS

O serviço de Orientação Jurídica da ANABB tem

recebido constantes questionamentos sobre endividamento, tanto que, em maio, o tema direito civil, com ênfase no superendividamento, foi um dos assuntos mais procurados pelos associados que utilizam o serviço. Os advogados especializados estão aptos a orientar os associados sobre os problemas que venham a surgir com o endividamento, as cobranças indevidas e qualquer outro assunto referente à conduta ilegal dos credores.

Em relação a empréstimos bancários, o escritório de advocacia tem utilizado a tese do superendividamento, uma vez que, quando os rendimentos estão em quase sua totalidade comprometidos por crediários eletrônicos, por exemplo, é possível questionar a margem consignável de 30%. “Constata-se também que, mesmo ciente das taxas de juros praticadas no mercado, entre as mais caras ofertadas, a pessoa comum não possui condições de aferir seu real impacto no orçamento e, então, recusar o financiamento. Em consequência de seu avançado estágio de endividamento, ela age impulsionada muitas vezes pelas facilidades e pelas prodigalidades ofertadas pelas instituições financeiras em sua concessão, sem nenhuma triagem da solvabilidade de seus clientes”, explica Hugo Jerke, coordenador da Orientação Jurídica da ANABB.

O advogado ressalta ainda que a tese estabelece até que ponto os métodos de cobrança violam a dignidade do devedor. “O Direito vem regular essa relação contratual de consumo. Utilizamos como base o Código de Defesa do Consumidor, para, dentro do aspecto legal, preservar a dignidade da pessoa humana. Sempre incentivamos a renegociação das dívidas, buscando juros menores, claro, de acordo com o orçamento de cada



DIVIDAMENTO



um. Acima de tudo, devemos lembrar sempre que os salários ou os proventos de aposentadoria são impenhoráveis”, destaca Jerke.

O Artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) estabelece que, na cobrança de dívidas, o consumidor inadimplente não poderá ser exposto a ridículo nem submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. A cobrança abusiva é crime, previsto no Artigo 71 da referida lei nos seguintes termos: “Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas, incorretas ou enganosas ou qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo, ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer: Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.”

ATENDIMENTO

Para consultar a Orientação Jurídica da ANABB e dirimir dúvidas, ligue de segunda a sexta, das 14h às 18h, para 0800 023 1542 e (21) 3883 5650 ou envie *e-mail* para anabb@hugojerke.com.br. Ressaltamos que dúvidas que envolvam as ações judiciais impetradas pela ANABB devem ser sanadas junto à Central de Atendimento da ANABB pelo telefone 0800 727 9669. ■

LIMITES

Saiba o que não pode ser feito em uma cobrança:

- **Horários:** o CDC considera práticas abusivas ligações e mensagens fora de horário comercial – nos fins de semana, feriados ou em horários comumente considerados impróprios (de manhã muito cedo ou tarde da noite). O entendimento é que as empresas devem respeitar o lazer, o descanso e o trabalho do consumidor.
- **Violação de privacidade:** não vale ligar à procura do devedor em casa ou no trabalho e, não o encontrando, deixar um recado para terceiros e expor a situação de endividamento. O débito só pode ser discutido com o próprio devedor, sob risco de cometer violação de privacidade.
- **Contato direto:** buscar o consumidor em dívida pessoalmente é outra estratégia que facilmente se torna abusiva. Isso é permitido, desde que não haja nenhum tipo de perseguição, constrangimento ou ameaça. O credor não pode abordar o devedor e forçá-lo a ir até o estabelecimento para quitar a dívida ou aguará-lo em frente ao local de trabalho todos os dias, por exemplo.



**OSPEL ELEGE NOVA DIRETORIA**

O Observatório Social de Pelotas (Ospel), no Rio Grande do Sul, elegeu, em 14 de junho, a nova diretoria para o biênio 2016-2018. Assume a presidência, o administrador e mestre em Desenvolvimento Social Renato Luiz Tavares de Oliveira, com mandato de dois anos. O novo dirigente terá, entre suas responsabilidades, a fiscalização da aplicação dos recursos públicos da cidade de Pelotas. Durante a Assembleia Geral ordinária, as contas do exercício de 2015 foram apreciadas e aprovadas pelos associados. Também integram a nova diretoria os vice-presidentes Luiz Roberto de Souza Ávila, Juliana Cristina Bittencourt Stainki, Carolina Helena Ennes Schwonke e Meri Rejane Pucinelli Duarte. Para o Conselho Fiscal, foram eleitos, como titulares, Clóvis Roberto dos Santos Silva, Bárbara Neves de Britto e Henrique Wainer Alves Feijó. Oraída Laroque de Medeiros, Carlos Romeu Soares Penteado e Rosana Sacco dos Anjos dos Santos são os conselheiros suplentes. Há mais de dois anos, a ANABB apoia financeiramente o Ospel com ajuda de custo para manutenção de suas atividades. Os recursos destinados ao Observatório são investidos em capacitação da comunidade local, por meio de cursos de educação fiscal, licitação e contratos, com a finalidade de prepará-la para a adequada fiscalização da aplicação dos recursos públicos daquela cidade gaúcha.

INSTITUTO PARTICIPA DE FORMATURA EM PENITENCIÁRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

O presidente do Instituto VIVA CIDADANIA (IVC) e vice-presidente de Comunicação da ANABB, Douglas Scortegagna, participou de duas cerimônias de formatura em presídios do Rio Grande do Sul em junho. A primeira formatura aconteceu na segunda-feira, 6 de junho, no Auditório da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre (RS). Durante a cerimônia, foram entregues certificados para 30 apenadas que fizeram os cursos de eletricidade básica, pintura predial e artesanato. Em 7 de junho, foi a vez da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba Julieta Balestro. Neste presídio, 32 apenadas realizaram os mesmos cursos e receberam a certificação. Os cursos, que agregam capacitação em aulas teóricas e práticas, integram o projeto Sonho de Liberdade e são promovidos e executados pela Fundação Maçonica Educacional, com patrocínio do IVC. Em 2016, o projeto chegou à sua quarta edição. Douglas Scortegagna afirma que “essa parceria proporciona condições mínimas para que as apenadas sonhem com momentos importantes após sua liberdade, pois recebem preparação para enfrentar a vida com mais dignidade, depois de pagar por erros cometidos”.



Acima: Formatura no presídio de Guaíba; ao lado: Formatura no presídio Madre Pelletier

**ANABB ALERTA SOBRE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM AÇÕES DE FGTS PLANOS ECONÔMICOS**

Alertamos que alguns associados que possuem ações de FGTS Planos Econômicos, mesmo tendo obtido êxito em suas demandas, podem ser comunicados de determinação judicial para realizar o pagamento dos honorários de sucumbência, devidos aos advogados da outra parte. Nas ações em que os autores pleiteavam o pagamento dos expurgos relativos a cinco índices dos planos econômicos e foram concedidos apenas os dois reconhecidos como devidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os Planos Verão e Collor I, o cálculo da sucumbência recíproca reconhece valores a serem pagos pelos autores, em razão dos três índices perdidos. Por isso, os associados, autores destes processos, têm recebido comunicação da ANABB para que seja feito depósito diretamente na conta da Associação de Advogados da Caixa Econômica Federal (Advocef). É necessário enviar uma cópia do comprovante de depósito à ANABB, que a encaminhará ao advogado responsável por dar baixa na cobrança junto ao processo. O não pagamento poderá acarretar multa sobre o valor total, juros de mora, honorários adicionais e risco de bloqueio/penhora *on-line* de valores em contas bancárias, inclusive de aplicações financeiras, por determinação judicial. Os associados que receberem outras cartas em nome da ANABB podem verificar a autenticidade das correspondências por meio da Central de Atendimento, pelo telefone 0800 727 9669.



ANABB PARTICIPA DE EVENTO SOBRE ECONOMIA E CRISE POLÍTICA

A ANABB participou, em 14 de julho, do seminário Diálogos Congresso em Foco, em Brasília. O evento, de iniciativa do veículo de comunicação Congresso em Foco, reuniu parlamentares, representantes da sociedade e estudiosos de várias áreas com o objetivo de discutir temas relacionados à crise política e econômica e à corrupção no Brasil. A ANABB foi representada pelo presidente Reinaldo Fujimoto e pelos vice-presidentes de Relações Funcionais, Haroldo Vieira, e de Relações Institucionais, João Botelho. O presidente da ANABB, Reinaldo Fujimoto, falou sobre a importância do evento, afirmando que “sempre que discutimos temas de relevância para sociedade estamos contribuindo para a melhoria do nosso país”. Após discussões em grupo, todos os participantes se reuniram para construir um documento com propostas para o enfrentamento das crises política e econômica, além do combate à corrupção. Já foi entregue uma cópia do documento ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, com a participação da Diretoria da ANABB. Veja a íntegra do documento no site da ANABB (www.anabb.org.br).

PORTAL TRANSPARÊNCIA DE ERECHIM (RS) É BEM AVALIADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Ministério Público Federal (MPF), de forma coordenada em todo o Brasil, avaliou o nível de transparência de 5.567 municípios, de 26 estados e do Distrito Federal. O objetivo é mostrar ao cidadão quem está sendo transparente e quem está deixando a desejar. No levantamento, o Portal Transparência da prefeitura de Erechim (RS) subiu da 360ª posição e nota 4,9 em 2015 para 63ª posição e nota 9,6 em 2016. O Observatório Social de Erechim, que conta com apoio da ANABB, contribui com o monitoramento da aplicação dos recursos públicos daquela região.

PARTICIPE DA CAMPANHA E AJUDE A COMBATER A CORRUPÇÃO

O Observatório Social do Brasil (OSB) lançou uma campanha para acabar com uma das maiores doenças que afeta o país nos dias de hoje: a corrupção. A campanha, intitulada VACINA CONTRA A CORRUPÇÃO, utiliza um método que engloba ações de transparência, mobilização e controle cidadão, que promovem a eficiência dos gastos públicos. Para isso, o Observatório Social conta com cidadãos brasileiros, como você. O objetivo da campanha é instalar um Observatório Social, que não possui fins lucrativos, em cada município brasileiro. Com isso, o OS pode fiscalizar os gastos públicos e, dessa forma, ajudar a evitar a formação de cartéis em licitações públicas, prevenir a compra de produtos e serviços superfaturados e acompanhar a entrega de produto ou serviço, evitando que caia na mão de terceiros. Como há um custo na instalação desses Observatórios Sociais, a meta da campanha é arrecadar, até o fim de agosto, um total de R\$ 100 mil. Com doações entre R\$ 15,00 e R\$ 10 mil, você pode ajudar a manter um Observatório Social ou criar novos OS em outras cidades. Quanto mais você colaborar, menos a corrupção vai se alastrar pelo país. Você também pode ser um voluntário. Atualmente, o OS conta com advogados, economistas, contadores, empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos e outros cidadãos dedicados à causa da justiça social. Vale destacar que o OS não aceita dinheiro público ou financiamento de partidos políticos e nenhum de seus membros possui filiação partidária. Pelo contrário, o OS fiscaliza todo e qualquer partido nas 105 cidades brasileiras onde já está instalado. A ideia do OS é pensar na coletividade. Quanto mais for economizado com a inibição da corrupção, teremos mais crianças estudando, enfermos sendo atendidos prontamente e pessoas utilizando transportes de qualidade. O Brasil possui riqueza suficiente para oferecer de graça à nossa população serviços de primeiro mundo. O OS vai presentear quem contribuir com a campanha, de acordo com o valor doado, com divulgação dos nomes nas redes sociais e site, camisetas e até sobrevoo de helicóptero sobre a cidade de São Paulo.

Saiba mais em: www.osbrasil.org.br
Acompanhe os trabalhos em:
www.facebook.com/OSdoBrasil



ATUALIZE SEUS DADOS CADASTRAIS

Para que você continue a receber informações da ANABB de seu interesse, rapidamente e no local correto, é preciso que seu cadastro esteja atualizado. Dessa forma, qualquer alteração em suas informações cadastrais deve ser comunicada o mais breve possível à Associação.

Confira as vantagens de ter seu cadastro atualizado:

- acesso a correspondências importantes da Associação;
- comunicado sobre o andamento de ações judiciais e se seu processo saiu vitorioso;
- comunicado sobre novos produtos e serviços;
- comunicado de crédito, no caso de ganhar o Prêmio Pontualidade ou o Prêmio Seguro Complementar;
- acesso a informações sobre os convênios de sua região que podem gerar economia em seu bolso;
- em caso da falta do associado, a família é comunicada rapidamente sobre seus direitos; e
- acesso ao jornal *Ação* com as principais notícias de seu interesse.

Vale lembrar que, por questões de segurança, a ANABB não tem banco de dados compartilhado com Banco do Brasil, Previ, Cassi ou qualquer outra entidade. Portanto, se você atualizar seus dados em uma dessas instituições, essas informações não estarão acessíveis à Associação. Pedimos ainda sua colaboração em responder a nossos atendentes quando solicitarem a atualização de seus dados, pois esse é um procedimento obrigatório da Central de Atendimento e, como você viu, muito útil aos associados. Atualize seu cadastro pelo Autoatendimento, *no site* da ANABB (www.anabb.org.br) ou pela Central de Atendimento 0800 727 9669. A ligação para nossa Central de Atendimento é gratuita.

ACESSE O MANUAL DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR DA ANABB

Há mais de cinco anos, a ANABB disponibiliza aos associados e a seus familiares o *Manual de Orientação Familiar*. A publicação especial tem como objetivo esclarecer e ajudar o sócio e seus parentes no momento em que mais precisam de auxílio. Sabemos que a perda de um ente querido é um assunto delicado, mas precisamos pensar em como nossa família vai ficar depois de nosso óbito. Afinal, todos passaremos por esse momento. O manual, que é atualizado anualmente, descreve como proceder e utilizar os seguros de vida da ANABB, em caso de sinistro, e também traz informes de como acompanhar o trâmite de processos judiciais impetrados pela ANABB em benefícios do sócio. Além dessas informações sobre a ANABB, o sócio e seus familiares podem consultar os auxílios oferecidos por outras entidades, como Cassi, Previ, Banco do Brasil, AAFBB, AAB, Cooperforte, Bancorbrás, e diversas outras informações úteis para os familiares. Vale lembrar que muitos desses esclarecimentos são importantes inclusive para o familiar receber recursos financeiros que ajudarão nas despesas de sepultamento, entre outras. O *Manual de Orientação Familiar* está disponível para *download* no site da ANABB (www.anabb.org.br), em “Publicações”.



SEGUROS ANABB TÊM NOVIDADES

Os prêmios e os capitais segurados dos seguros da ANABB foram reajustados em 9,28%, seguindo o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de maio de 2015 a abril de 2016. O reajuste passa a vigorar a partir da data de nascimento da apólice, dia 1º de julho. O Decesso Automático, que é oferecido gratuitamente a todos os associados, teve acréscimo de R\$ 325,00 no capital segurado, passando de R\$ 3.500,00 para R\$ 3.825,00. Os Seguros Complementar e Complementar Master também tiveram seus prêmios e capitais segurados reajustados, assim como o valor da capitalização (sorteado mensalmente por meio da Loteria Federal) no mesmo percentual dos seguros, exceto aquelas que, no Certificado Individual de Seguros, já informam um valor fixo para sorteio. Os associados que possuem os Seguros Complementares da ANABB e que mudaram de faixa etária, ou não estavam devidamente enquadrados, foram realocados nos grupos de segurados de acordo com a idade.



NOVO PRESIDENTE DA ODONTOPREV VISITA A ANABB

Os dirigentes da ANABB receberam, em 12 de julho, o novo presidente da OdontoPrev, Rodrigo Bacelar. A OdontoPrev é uma das principais parceiras da Associação na oferta do plano odontológico OdontoANABB. Graças a essa parceria de sucesso, hoje a ANABB oferece qualidade de vida e saúde bucal para mais de 100 mil associados e dependentes. O presidente da OdontoPrev foi recebido pelo presidente Reinaldo Fujimoto, pelo vice-presidente de Comunicação, Douglas Scortegagna, e pelo vice-presidente de Relações Funcionais, Haroldo Vieira. Também participaram da reunião o superintendente da OdontoPrev, Paulo Cabral, e a gerente de Atendimento Eloá Mendes.

GAT DE SAÚDE REÚNE-SE NA ANABB

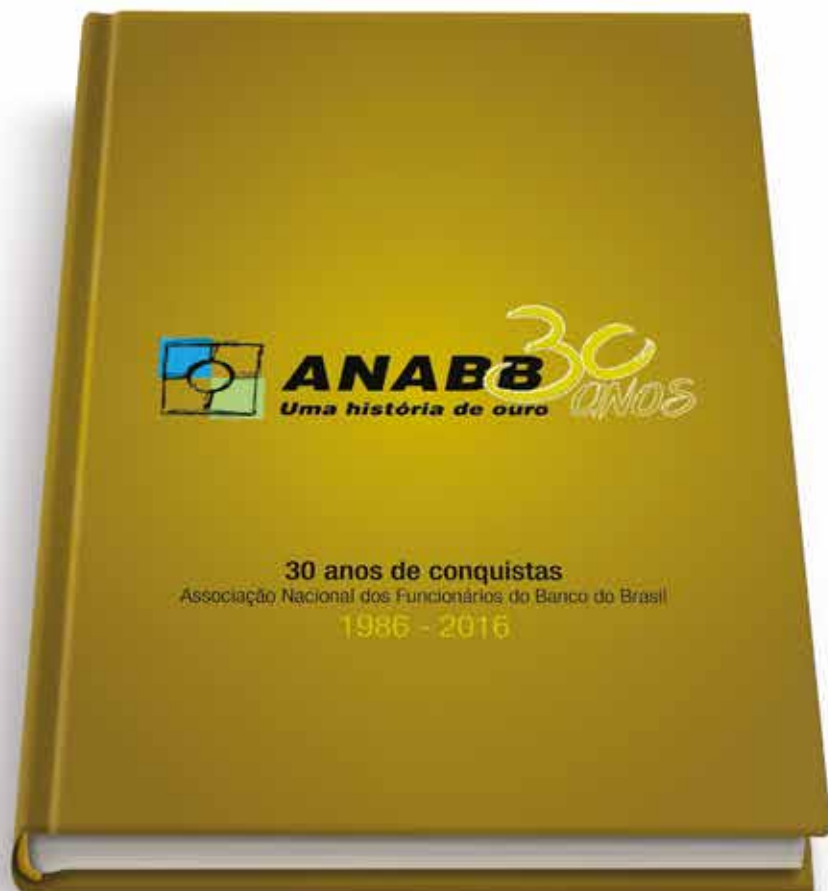
Os integrantes do Grupo de Assessoramento Temático de Saúde se reuniram no dia 29 de julho, na sede da ANABB, em Brasília, com o objetivo de congregar sugestões a serem encaminhadas a Diretoria Executiva da ANABB (Direx) na busca de oferecer alternativas efetivas para o debate sobre a sustentabilidade da Cassi. Durante a reunião, o diretor de Planos de Saúde e Relacionamento com Clientes da Cassi, Humberto Almeida, informou aos integrantes do GAT e à Diretoria da ANABB sobre a situação financeira da Caixa de Assistência e também apresentou uma proposta emergencial de alteração temporária do custeio da Cassi. Entre as sugestões oferecidas pelo GAT à Direx, está a perene negociação em busca de uma proposta de consenso; um contato permanente com o BB para superar os desafios; a ampliação dos espaços de discussão; entre outras alternativas. Também estiveram presentes na reunião, os conselheiros deliberativos Graça Machado, Denise Vianna e Fernando Amaral; o conselheiro fiscal João Maia e os diretores regionais Aurélio José Biazotto e Rose Durães.

CASSI EM DEBATE: ENTIDADES COBRAM MEDIDAS EMERGENCIAIS

As entidades representativas dos funcionários do Banco do Brasil, que compõem a Mesa de Negociações da Cassi, realizaram duas reuniões: uma aconteceu no dia 18 de julho e a outra no dia 1º de agosto. Na primeira delas, o vice-presidente de Relações Institucionais da ANABB, João Botelho, representou a Associação. Na segunda reunião, a Associação foi representada pelo presidente, Reinaldo Fujimoto. Na reunião com o BB, no dia 18/7, os representantes dos funcionários cobraram do Banco informações sobre o andamento dos projetos de ações estruturantes e ações emergenciais de reforço de caixa para a Cassi, para evitar que se tenha corte de benefícios e falta de atendimento. Os projetos fazem parte do Programa de Excelência no Relacionamento, desenvolvido pelas diretorias da Cassi, que tratam de aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, gestão da rede de prestadores, acesso qualificado por meio do sistema integrado de saúde, gestão integrada de informações de estudos estatísticos e atuariais, aperfeiçoamento dos processos orientados ao sistema de saúde Cassi e novos planos. Propostas de cunho emergencial foram apresentadas para análise do BB, de forma a garantir reforço de caixa, considerando o fim das reservas livres. Já na reunião de 1/8, as entidades resgataram a fala do Banco em mesas anteriores, de que não haveria falta de recursos para pagar prestadores, cobraram um posicionamento sobre a antecipação dos recursos do SiBet (a partir do resgate do saldo do BET na Previ) e também o andamento dos projetos de ações estruturantes. Sobre a questão de não deixar faltar recursos, o BB afirmou que tem procurado estudar todas as possibilidades. O Banco informou que foi creditado um valor de R\$ 5 milhões referente às despesas de ressarcimento de PAS e outras rubricas. Sobre a antecipação do SiBet e outras formas de antecipação, o BB informou que ainda não tem segurança acerca dos riscos contábeis e jurídicos dessas operações, mas que continua estudando as medidas. O Banco solicitou mais tempo para concluir os estudos em andamento, quando apresentará mais respostas à mesa de negociação.



A HISTÓRIA É DE OURO E O LIVRO AGORA É DIGITAL



A ANABB completa 30 anos e traz um presente pra você: a versão digital do livro *ANABB 30 ANOS - UMA HISTÓRIA DE OURO*, que relembra os principais destaques e conquistas realizadas em favor dos associados.

Com a versão eletrônica, fica muito mais fácil navegar pelas páginas e acessar o conteúdo do livro de qualquer lugar, até por celulares com internet.

Entre no site da ANABB, clique no link www.anabb.org.br/30anos e viaje pelo tempo com essa obra de alta qualidade.

Boa leitura virtual!



ANABB

Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil

ENTENDA OS PRÓXIMOS PASSOS DA AÇÃO DE FGTS

Por Godofredo Couto

Os associados que aderiram à ação coletiva de FGTS TR devem ficar atentos às informações divulgadas pela ANABB no *site* e nas redes sociais. Ao todo, foram mais de 32 mil filiados que aderiram à ação, o que equivale a quase um terço dos associados da entidade. Além disso, foram realizadas novas adesões de funcionários do BB e de seus familiares, que participam da ação e ainda serão beneficiados com os serviços da Associação.

O QUE VEM POR AÍ

Os documentos enviados pelos associados passaram por uma fase de processamento, com registro de protocolo e triagem, para averiguação dos dados. Em seguida, foram cadastrados na matrícula de cada participante e enviados ao advogado responsável pelo ajuizamento da ação coletiva.

Após a conclusão dos diversos passos de processamento, os associados receberão um *e-mail* da ANABB confirmando a representação no processo judicial. Essa informação também será divulgada no *site* da ANABB, pelo Autoatendimento, na aba “Ações Individuais”.

No momento oportuno, a Associação deve solicitar o envio de todos os extratos atualizados da conta de FGTS, de janeiro de 1999 em diante, tanto das contas ainda ativas como das contas que foram encerradas a partir daquela data. Em caso de êxito da ação coletiva, os extratos possibilitarão o cálculo da correção devida.

Aqueles que já tiveram suas contas de FGTS encerradas antes do ajuizamento da ação ou durante sua tramitação podem obter os extratos necessários e encaminhá-los posteriormente.

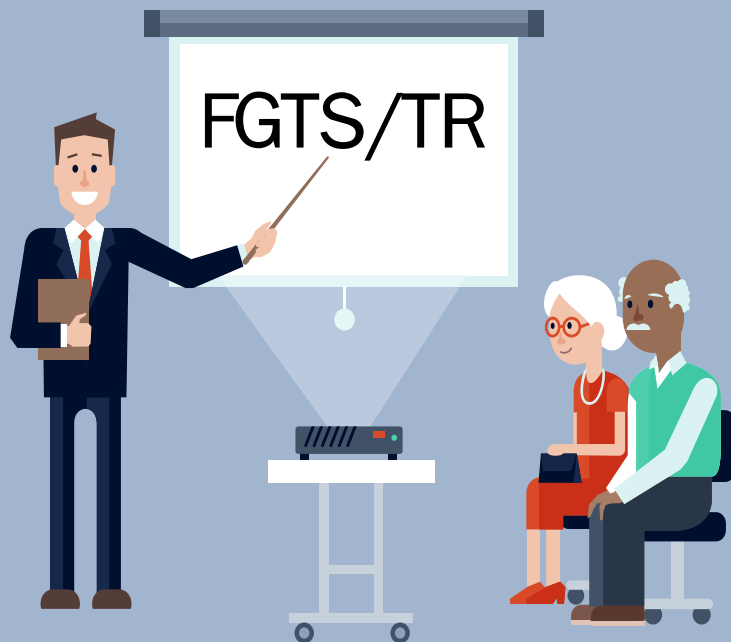
Vale lembrar que os extratos podem ser obtidos pelo *site* da Caixa Econômica Federal (CEF) (www.caixa.gov.br/fgts), no *link* “Consulte seu FGTS” ou ainda em “Serviços para o Trabalhador – Extrato do FGTS”. Também é possível obter os extratos por meio das agências da Caixa ou do 0800 726 0207 – Opção 3.

ANDAMENTO DE DUAS AÇÕES COM O MESMO PEDIDO

No caso do FGTS TR, alguns sindicatos ingressaram com ações semelhantes à impetrada pela ANABB, o que tem gerado dúvidas se a situação se enquadra na litispendência. A litispendência é o ajuizamento de duas ações com o mesmo pedido. A ANABB esclarece que, a princípio, não há litispendência em ações coletivas, pois a individualização dos que se beneficiarão com uma sentença favorável só é feita no momento de sua execução.

A diferença entre a ação da ANABB e a dos sindicatos é que a Associação representa apenas seus associados e, entre eles, só aqueles que a autorizam formalmente. O sindicato representa todos os bancários de instituições públicas e privadas, e não apenas os do Banco do Brasil. Dessa forma, a execução da ação pode demorar bastante.

É importante destacar que os associados que ingressaram com ação coletiva pela ANABB não poderão executar sentença favorável ao Sindicato dos Bancários. Nesse caso, a situação pode ser considerada litispendência. ■





Damon Eric Pacheco

A CAMINHO DA ITÁLIA

Instituto VIVA CIDADANIA presta homenagem a integrantes do Instituto Reciclando Sons que estudarão música clássica, em Roma, na Itália, em uma das mais antigas e renomadas orquestras do mundo

Por Elder Ferreira

É a partir da Cidade Estrutural, um dos locais mais carentes do Distrito Federal e onde se encontra o maior lixão a céu aberto da América Latina, que o sonho de dois jovens começará a ganhar asas em outubro deste ano. Os musicistas do Instituto Reciclando Sons (IRS) Damon Eric Pacheco, de 19 anos, e Arthur Douglas dos Anjos, de 23 anos, estudarão música clássica, durante dois meses, na Orquestra da Accademia Nazionale Di Santa Cecilia, em Roma, na Itália. Fundada em 1585, a instituição é uma das mais antigas e renomadas do mundo.

O Instituto VIVA CIDADANIA (IVC) prestou homena-

gem aos jovens educadores sociais do IRS por sua força de vontade e superação no início de junho, na sede da ANABB. Estiveram presentes no evento o ministro conselheiro da Embaixada da Itália, Fillippo La Rosa; o juiz da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas do Distrito Federal, Gilmar Tadeu Soriano; o deputado federal Pompeo de Mattos (PDT/RS), além de representantes de entidades como Instituto Cooperforte, AFABB, AAFBB, Federação Nacional das AABBs (Fenabb), Barcorbrás, Instituto Bancorbrás e Fundação Banco do Brasil (FBB). O diretor de Relações com Funcionários e Entidades Patrocinadas do

Banco do Brasil, Carlos Célio de Andrade Santos, e o diretor de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil, José Caetano de Andrade Minchillo, também prestigiaram o evento.

“O intercâmbio que esses jovens farão é motivo de grande alegria para nós do Instituto VIVA CIDADANIA. Nós fomos um dos primeiros a acreditar no projeto realizado pelo Instituto Reciclando Sons, sob comando e regência da maestrina Rejane Pacheco”, destaca o presidente do IVC e vice-presidente de Comunicação da ANABB, Douglas Scortegagna.

“Este projeto começou em 2003, quando uma jovem idealista acreditou que podia mudar a vida de jovens carentes e se doou para isso. Se cada um de nós fizermos um pouco para ajudar o outro, vamos construir um mundo melhor. Tenho orgulho de doar um pouco do meu tempo para o IVC e alcançarmos esse tipo de resultado”, enfatiza a diretora de Projetos do IVC e conselheira deliberativa da ANABB, Graça Machado.

Em um discurso emocionado, Arthur agradeceu a oportunidade de se aprimorar e o apoio de tan-

tas pessoas. “Meu discurso é de gratidão. Agradeço a Deus, a existência da Rejane, idealizadora do projeto, a todos os meus alunos da orquestra, a todos os que já passaram pela instituição e aos que permanecem com a gente. Agradeço também à ANABB e ao Instituto VIVA CIDADANIA o apoio ao Instituto Reciclando Sons e a continuidade do trabalho desenvolvido. Isso é muito importante pra gente”. Arthur, que falou também em nome do colega Damon, destacou a importância do incentivo que o projeto recebe. “Trabalhar com música é muito difícil. Às vezes, o que falta é aquele incentivo financeiro mesmo, porque tocar as coisas sem ajuda é muito difícil. É muito importante o incentivo daqueles que doam seu tempo e seu dinheiro para que o trabalho seja realizado.”

Durante pouco mais de uma hora e meia, os funcionários da ANABB e o público presente contemplaram a apresentação da Orquestra do IRS. Ao fim do evento, o presidente do Conselho Fiscal do IVC, Cláudio Barbirato, entregou dois kits para os músicos como forma de presentear-los pela conquista do intercâmbio. ■



E/D: Arthur Douglas, Claudio Barbirato e Damon





E/D: Damon Eric, José Branisso, Fillippo La Rosa, Claudio Barbirato, Douglas Scortegagna, Graça Machado, Rejane Pacheco, Reinaldo Fujimoto, Haroldo Vieira, Arthur Douglas, Gilmar Tadeu Soriano

IVC APOIA ARTE DO PROTAGONISMO

Arthur e Damon ingressaram no Instituto Reciclando Sons como alunos e hoje se tornaram educadores sociais. Desde 2001, o IRS, localizado na Cidade Estrutural, comunidade carente do Distrito Federal, já atendeu mais de 2.500 crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, assegurando a construção de um espaço de convivência saudável e contribuindo para a formação e a participação cidadã. Os alunos fazem parte do projeto Arte do Protagonismo, que, em convênio com o Instituto VIVA CIDADANIA, contribui para a formação de educadores e empreendedores sociais em música.



Maestrina Rejane Pacheco, durante apresentação



E/D: Douglas Scortegagna, Fillippo La Rosa e Pompeo de Matos



Fillippo La Rosa e Douglas Scortegagna entre membros da orquestra

COLABORE COM ESSA CAUSA

Para viabilizar as despesas extraordinárias e outras não cobertas pelas bolsas, o IRS iniciou uma campanha de arrecadação de fundos para a viagem. Colabore você também com essa causa! Faça sua doação em dinheiro para apoiar o sustento dos alunos em Roma. Deposite qualquer valor na conta do Instituto Reciclando Sons: Banco do Brasil – Agência: 2863-0 – C/C: 28815-2 – CNPJ: 07.830.980/0001-07.



Faça sua autorização de débito no Banco do Brasil



O Banco do Brasil não está realizando o débito de mensalidades da ANABB e do OdontoANABB por falta de autorização. O associado que alterou sua agência ou conta nos últimos meses deve confirmar a autorização de débito em sua conta corrente o mais breve possível.

FORMAS DE AUTORIZAÇÃO

Terminais de Auto-atendimento do BB (exceto terminais Banco 24 horas)

INSTRUÇÕES: Ao acessar sua conta, escolha a opção: PAGAMENTOS - DÉBITO AUTOMÁTICO - CONFIRMAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO. Clique em "Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil" e CONFIRME.

Internet Banking (Computador ou Aplicativo do BB no celular)

INSTRUÇÕES: Ao acessar sua conta, escolha a opção: PAGAMENTOS - DÉBITO AUTOMÁTICO - CONFIRMAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO. Clique em "Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil" e CONFIRME.

Central de Atendimento do Banco do Brasil

INSTRUÇÕES: Tenha em mãos o número de sua agência, conta, senha de 6 dígitos (mesma utilizada nos terminais de atendimento) e senha de 4 dígitos da Central de atendimento BB. Ligue no telefone do BB: 4004-0001 (clientes BB residentes em capitais e regiões metropolitanas) ou 0800- 729 - 0001 (clientes BB das demais localidades), fale com um atendente e realize a autorização de débito.

Caso não consiga confirmar a autorização de débito, colocamo-nos à sua disposição pelos telefones 0800 727 9669, (61) 3442-9696 e (61) 3442-9600 ou, ainda, pelo e-mail mensalidades@anabb.org.br.



ANABB
Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil

FORÇA DE UMA GIGANTE

ANABB completa 30 anos com um quadro robusto de mais de 94 mil sócios, número que comprova a força de representação de uma entidade que já conquistou muitas vitórias para seus associados

A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil chegou aos 30 anos. A história da maior entidade de uma única classe de trabalhadores da América Latina é ascendente e garantiu à instituição credibilidade e grandes dimensões. Representar o funcionalismo, formado por aposentados e funcionários da ativa de uma das maiores e mais importantes instituições financeiras do país – o Banco do Brasil –, transformou a ANABB em uma gigante. E é essa representatividade que compartilhamos com o corpo social.

Nesta matéria, os associados vão lembrar ou conhecer como a ANABB conquistou um quadro associativo robusto, em vigor até os dias atuais e fundamental para que a entidade alce voos tão importantes em favor dos associados e familiares.

POR DENTRO DA REPRESENTATIVIDADE DA ANABB

Em 1986, quando foi criada, a ANABB era formada por apenas 74 pessoas. A missão da entidade foi tão bem aceita, já naquela época, que um ano depois a quantidade de associados era superior a 16 mil. A idealização da ANABB foi pautada nas discussões sobre o conjunto do Sistema Financeiro Nacional (SFN),

que passava a sufocar o Banco e os interesses do povo, em virtude da opção por ganhos fáceis, decorrentes da ciranda financeira e da especulação.

Em 1987, os associados foram coroados com o anúncio de que a ANABB estava buscando para os associados, na Justiça, a reparação de erro cometido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que capitalizava os saldos dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com juros de 3% ao ano, em vez de 6%. No fim daquele ano, a Associação tinha mais de 25 mil sócios.

No ano da promulgação da oitava Constituição brasileira, 1988, a ANABB dobrou a quantidade de associados em relação ao ano anterior. Foi um período de vitórias na Justiça com ações judiciais e reforma do Estatuto. Nos cinco anos seguintes, entre 1989 e 1993, a entidade manteve sua credibilidade chegando a 45 mil sócios compondo o quadro associativo.

Por iniciativa da ANABB, em 1995, a Justiça determinou que o BB não mais recolhesse à Receita Federal o Imposto de Renda sobre venda de férias, abonos, folgas e licenças-prêmio. Por decisão jurídica



ca, os benefícios ficaram circunscritos apenas aos associados da entidade. O funcionalismo do Banco ocorreu em massa à entidade, formando um contingente de mais de 108 mil filiados à instituição. Em 1996, a ANABB deu nova arrancada nas ações judiciais para assegurar os direitos dos funcionários do Banco do Brasil. A história da sucessão de batalhas conduzidas pela ANABB envolveu ações sobre FGTS (planos econômicos e juros progressivos), Imposto de Renda, Poupança/Depósitos Bloqueados e Empréstimo Compulsório de Veículos e Combustíveis.

A partir daí, a atuação da ANABB consolidou-se e funcionários da ativa e aposentados do BB passaram a confiar à Associação a responsabilidade de legítima defensora de seus direitos. Entre 1997 e 2001, o quadro de associados manteve-se estável em cerca de 100 mil pessoas. Vale lembrar que as variações na quantidade de associados nas instituições é um fator natural, decorrente de diversas motivações. Porém, o foco da ANABB sempre foi o de preservar os associados conquistados, oferecendo produtos e serviços de qualidade, e atrair novos sócios para o quadro.

COMBATES E VITÓRIAS

Ao longo dessa história de representatividade, a ANABB passou por muitas dificuldades e momentos de vitórias. Teve de enfrentar as duras consequências dos planos de demissão no BB. Também foi preciso estar no Congresso Nacional e em audiências com ministros e autoridades para costurar articulações e alianças políticas necessárias para evitar maiores perdas e defender os interesses da sociedade e dos funcionários nos debates.

Ao lado dessas batalhas, a trajetória da ANABB foi marcada por conquistas importantes na Justiça. Decisões sobre as ações judiciais confirmaram a vitória

de teses jurídicas defendidas pela ANABB e milhares de associados continuam sendo beneficiados com as liquidações de processos da Justiça. Em relação à Cassi e à Previ, ambas sempre estiveram na pauta de prioridades da ANABB, principalmente por representarem muito na vida dos associados. As ações estratégicas junto ao Banco do Brasil para defendê-las continuam a todo vapor. Neste momento, estão em debate a sustentabilidade da Cassi e a votação do PLP nº 268/2016 na Câmara dos Deputados.

Entre 2012 e 2013, a Associação teve um declínio na quantidade de associados, tendo em vista que mais de 10 mil pessoas estavam inadimplentes e mesmo assim integravam o quadro associativo. Porém, a ANABB intensificou sua atuação em todas as áreas, implementando ações estratégicas, novos serviços e ações judiciais. A partir de 2015, foram registradas 3.551 novas adesões, alcançando a marca de mais de 94 mil associados em julho de 2016.

A ANABB enfrentou diversos momentos políticos, sociais e econômicos e vivenciou transformações na sociedade. E está se adaptando às mudanças que acompanham a vida profissional e pessoal dos aposentados e dos funcionários da ativa do Banco do Brasil. Partimos da premissa de que tudo o que afeta a vida do funcionalismo transforma-se em desafio para a ANABB e, assim, vamos construir 40, 50, 60... anos de história. Para exercer o papel democrático e de representação dos interesses dos aposentados e dos trabalhadores do BB, a sólida estrutura administrativa e organizacional da ANABB será grande suporte para as vindouras conquistas.

Durante esses 30 anos, a entidade proporcionou a seus milhares de associados benefícios que giram em torno de R\$ 2 bilhões. ■

PRODUTOS E SERVIÇOS PERSONALIZADOS

A força da representatividade da Associação, proporcionada pela sólida base de associados e pela capacidade de organização da entidade, contribuiu para que a ANABB criasse produtos e serviços personalizados que suprem as necessidades dos associados. Podemos citar os seguros, o OdontoANABB, os convênios, o 0800, a Orientação Jurídica, entre outros. É importante contabilizar os benefícios de todos esses serviços, pois a maioria deles, se fosse contratado no mercado, geraria altos custos para os associados.

Veja alguns dos produtos oferecidos pela ANABB:

ORIENTAÇÃO JURÍDICA

O serviço de Orientação Jurídica da ANABB já proporcionou benefício financeiro aos associados na ordem de mais de R\$ 7 milhões. Tem-se em conta o custo de cada consulta verbal pela tabela mínima da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do estado do Rio de Janeiro, cujo valor é de R\$ 926,60.

ODONTOANABB

Um tratamento básico, como limpeza bucal, custa em média R\$ 200,00. Já um procedimento de endodontia (canal simples pode chegar a R\$ 600,00. Para colocar aparelho ortodôntico, os dentistas cobram, em média, R\$ 2.000,00; e para sua manutenção, uma média de R\$ 200,00 mensais. O associado da ANABB possui total cobertura do rol mínimo da Agência Nacional de Saúde (ANS) mais 27 procedimentos. Aqueles que integram o Plano Master do OdontoANABB pagam por ano cerca de R\$ 1.100,00 e possuem cobertura completa para cuidar da sua saúde bucal nas especialidades de ortodontia (colocação e manutenção de aparelho) e prótese dentária.





ANABB ABRE ESPAÇO PARA CANDIDATOS

Os participantes e os assistidos da Previ escolherão nas próximas semanas o novo diretor de Planejamento da entidade, com mandato até 31 de maio de 2018. A eleição extraordinária visa ao preenchimento de vaga deixada com a renúncia do ex-diretor, Décio Bottechia Júnior, em 16 de junho, e está em conformidade com o que prevê o Estatuto da entidade.

Neste momento tão importante, que é a escolha de um gestor para um cargo de tamanha relevância na Caixa de Previdência, a ANABB, assim como fez nas últimas eleições da Cassi e da Previ, abre espaço para que os associados conheçam as propostas de trabalho dos candidatos inscritos.

Nas próximas páginas, você poderá conhecer as propostas dos sete candidatos inscritos no processo eleitoral. Ressaltamos que cada candidato respondeu a duas perguntas pertinentes ao cargo de maneira igualitária (as mesmas para cada um). A ANABB espera, dessa forma, contribuir para que os eleitores formem suas convicções para votar conscientemente no candidato que julgarem ser o melhor.

Boa leitura!

PERÍODO DA VOTAÇÃO

A votação será realizada das 9h de 26 de agosto às 18h de 15 de setembro – horário de Brasília (DF). Podem votar participantes e assistidos maiores de 18 anos, inscritos nos Planos de Benefícios da Previ até 23 de junho de 2016.

COMO VOTAR

- Participantes, funcionários do BB em atividade no Banco, na Previ, na Cassi e na FBB ou em afastamentos regulamentares: terminais SISBB, disponibilizados pelo Banco do Brasil;
- Participantes e funcionários do Banco do Brasil em quadro suplementar (QS): terminais SISBB nas agências de relacionamento; e
- Assistidos e demais participantes: sistema de atendimento automático por telefone e site, disponibilizados pela Previ. É necessário possuir senha emitida pela Previ (a mesma utilizada para consultar a seção “Autoatendimento” do site da Previ).



SATORU

CANDIDATO 1

JORNAL AÇÃO: Que ações você destacaria em seu plano de trabalho para buscar, no curto prazo, o equilíbrio técnico do Plano de Benefícios 1 e a melhor rentabilidade possível para o Plano Previ Futuro?

SATORU: Preliminarmente à exposição de meu Plano de Trabalho, gostaria de lembrar que a principal responsabilidade de um fundo de pensão não é apenas obter a rentabilidade máxima de seus investimentos, mas também garantir um complemento digno de aposentadoria a todos os beneficiários, dentro dos critérios e os parâmetros estabelecidos. Escopo que amalgama qualidade de vida dos associados e injunções de mercado e que demanda um dever fiduciário por parte dos gestores, sob a égide do tripé: HONESTIDADE, COMPROMISSO e COMPETÊNCIA.

Sendo eleito, imediatamente, farei uma revisão do portfólio de ambos os planos para identificar concentrações, ativos de baixa liquidez e/ou demasiadamente expostos a riscos, que subsidiará as ações para evitar a reincidência no descasamento ativo/passivo, que resultou nos prejuízos do exercício de 2015.

Quanto ao Plano 1, trata-se de um plano maduro, sem ingresso de novos participantes e com fluxo maior de pagamentos do que de entradas. Assim, as ações para retomar o “equilíbrio técnico” devem preferir investimentos em ativos de maior liquidez e baixa volatilidade em parcela predominante do portfólio.

Ativos de maior volatilidade e menor liquidez em renda variável – por exemplo, no setor de *commodities* (Vale, Petrobras) – representam grande desafio para retomar esse equilíbrio, que se dará mediante ações táticas de gestão ativa desses papéis, de forma que evite saídas equivocadas pressionadas pela demanda de liquidez.

Estabelecerei estratégias de realocação dos ativos, de forma disciplinada e gradual, com alternativas de diversificação que respeitem os limites legais, para garantir os compromissos de pagamento até seu encerramento, orientadas pelas boas práticas da Asset

Liability Management (ALM).

Quanto ao Previ Futuro, mais novo, de contribuição definida, com maior volume de entradas em relação aos pagamentos, as ações estratégicas e as táticas focadas em liquidez podem ocupar menor espaço e as de maximização de rentabilidade, um espaço maior, prevalecendo o conceito de diversificação de portfólio e com exposição a riscos dimensionada de maneira “adequada”.

Em síntese, as ações para “melhorar a rentabilidade do Previ Futuro” estarão pautadas pela melhor alocação dos ativos, com baixos riscos de mercado, crédito e liquidez, e com o menor custo, mediante ALM eficiente de meu Plano de Trabalho.

JORNAL AÇÃO: Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PLP nº 268/2016. Faça uma análise global sobre o tema, mais especificamente sobre a forma de estruturação da governança que está sendo proposta.

SATORU: Considerando que foram detectadas falhas de gestão e governança em diversos fundos, pela CPI dos Fundos de Pensão, faz sentido reformular o sistema de governança das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), não necessariamente nos moldes do PLP 268/2016, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB/RO).

Entendo que o sistema paritário de gestão, com 50% dos gestores indicados pelo patrocinador, e 50% eleitos pelos participantes, é um caso de sucesso na Previ, reconhecido pela referida CPI e pelo mercado, e que, portanto, não deve ser alterado.

Assim, o PLP 268/2016, a meu ver, deve ser debatido exaustivamente, a fim de aperfeiçoar a proposta original, após ampla negociação entre as partes, autoridades governamentais, EFPC, participantes, mercado e sociedade, mantendo-se os casos de sucesso e reformulando as fragilidades no sistema de governança e gestão.

Mestre em Administração de Empresas e bacharel em Administração de Empresas (Fecap); auditor Lead Assessor, ISO 9000 (Poli/USP); Gestão pela Qualidade Total (FDG); Derivativos e Futuros (BM&F-Bovespa). Professor universitário da Fecap (desde 2003). Carreira no Banco do Brasil (1976-2007). Exerceu os seguintes cargos: Limoeiro (PE) – supervisor, gerente adjunto e gerente de agência; Muniz Freire (ES) – supervisor e gerente adjunto de agência; Deorg/Impla-URI (MG) – implantador; Cedip/Conoi (BH) – analista de OSM e gerente de OSM; Cedip/Conoi (SP) – analista e gerente de OSM; Núcleo de Consultoria (SP) – analista e gerente de OSM; Núcleo de Validação (SP) – analista e gerente de núcleo; Dired/Distribuição (DF) – analista e gerente de núcleo; Agência Nova Faria Lima (SP) – gerente de agência; UAR-Alta Renda (SP) – gerente de divisão e gerente executivo. Educador corporativo (1990-2007).





ANDRÉ FRAGA DA SILVA

CANDIDATO 2

JORNAL AÇÃO: Que ações você destacaria em seu plano de trabalho para buscar, no curto prazo, o equilíbrio técnico do Plano de Benefícios 1 e a melhor rentabilidade possível para o Plano Previ Futuro?

ANDRÉ FRAGA DA SILVA: Embora Plano 1 e PREVI Futuro tenham características distintas, ações emergenciais e de curto prazo devem ser implementadas para ambos. Vamos atuar, portanto, na estruturação das seguintes atividades:

- fazer a Valuation de todas as companhias onde a Previ possui investimentos, a partir do método de avaliação - Fluxo de Caixa Descontado;
- refazer o *Value at Risk* da carteira de investimento da Previ em associação à *stress test* e análises de cenários realistas;
- relacionar as análises supra e, em função do diagnóstico, estabelecer novas diretrizes para otimizar a relação entre risco, retorno e diversificação.
- resgatar investimentos alocados em empresas onde não houver perspectiva de retorno maior do que em investimentos *risk free*, de recuperação do capital investido face a atual conjuntura de mercado e onde o risco envolvido não justificar a manutenção dos investimentos;
- reavaliar alocação de recursos em ativos imobiliários, operações com participantes, investimentos estruturados e investimentos no exterior.

Dadas as peculiaridades e estágio de maturidade do Plano 1, uma exclusiva ação é mister: reduzir ao máximo o risco da carteira já que mais de 83% dos participantes são aposentados e pensionistas, com perfil conservador, e que, apesar disso, atualmente, 48,3% do patrimônio do fundo estão alocados em ativos de alto risco.

Já para o Previ Futuro, cujos benefícios previdenciários estão atrelados a reserva acumulada de cada participante, nossas ações serão as seguintes:

- criar um fundo 100% renda fixa e/ou referenciado DI para atender ao participante que não quer correr risco. Pois, atualmente, mesmo o fundo

perfil conservador admite a alocação de até 10% das contribuições/reserva em ativos de alto risco;

- criar fundos Ciclo de Vida que ofereçam uma carteira diversificada com gestão ativa para preservação do patrimônio em função da proximidade da data de aposentaria;
- liberar ao participante a migração entre fundos num prazo inferior ao atual, bem como percentual que deseja alocar em cada um deles;
- promover consultoria de investimentos a todos os participantes para diagnosticar o perfil do investidor de cada um; e
- alocar os recursos de forma a manter a contribuição/reserva individual de cada participante aderente ao perfil de investidor detectado.

JORNAL AÇÃO: Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PLP nº 268/2016. Faça uma análise global sobre o tema, mais especificamente sobre a forma de estruturação da governança que está sendo proposta.

ANDRÉ FRAGA DA SILVA: O PLP 268/2016 prevê o aprimoramento dos dispositivos de governança das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). O ponto nevrálgico deste Projeto de Lei é a proposta do fim da eleição do corpo diretivo com a contratação de profissionais técnicos independentes por empresas de consultoria, eliminando a representatividade dos participantes nos fundos de pensão.

Nem o atual modelo de governança, nem a estruturação que está sendo proposta, no nosso ponto de vista, resolvem o grave problema que assombra a gestão dos fundos de pensão – a influência política e a corrupção. Acreditamos que esses desafios só serão equacionados quando punições severas forem legisladas.

Defendemos que a qualificação técnica na área de investimentos financeiros deva ser pré-requisito para o exercício das funções diretivas em EFPC. Porém, nós, participantes, é quem devemos ter a oportunidade de selecionar o candidato mais bem preparado sem vínculo político, sindical ou associativo.

Único candidato pós-98. Sem vínculo partidário, sindical ou associações. Professor de pós-graduação em Finanças, no Grupo UNYLEYA, e Matemática Financeira, na Associação dos Bancos no Distrito Federal MBA em Gestão de Comércio Exterior e Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Certificado em Gestão Financeira e Mercado de Capitais pelo New York Institute of Finance, com foco em derivativos, avaliação de empresas (Valuation), fusões e aquisições e gestão de riscos.



ELAINE MICHEL

CANDIDATO 3

JORNAL AÇÃO: Que ações você destacaria em seu plano de trabalho para buscar, no curto prazo, o equilíbrio técnico do Plano de Benefícios 1 e a melhor rentabilidade possível para o Plano Previ Futuro?

ELAINE MICHEL: A Diretoria de Planejamento tem grande responsabilidade para a projeção e o vislumbre antecipado de *déficits* ou *superávits* e riscos vinculados. O Plano de Trabalho para a Diretoria de Planejamento, neste momento, deverá ter três vertentes:

- revisar o Plano de Custeio, projetando seu impacto, inclusive quanto à taxa de administração;
- revisar os parâmetros que definem as políticas de investimentos para verificar sua adequação econômica e alinhá-los aos futuros compromissos do plano; e
- revisar, com a Diretoria de Seguridade, os parâmetros que projetam o passivo atuarial, de forma que sejam consistentes para um alinhamento eficiente e antecipado de ativos e passivos.

O prazo de três anos, previsto na Resolução nº 26/2008, para revisão do plano em caso de repetidos *déficits* ou *superávits*, parece precipitado, uma vez que, em 2010, dividimos *superávits*, que agora nos faltam, com o patrocinador.

Quanto à rentabilidade do Plano Previ Futuro, o desafio será verificar se os parâmetros de contribuição e de políticas de investimentos apontam para o objetivo desejado de uma aposentadoria com valor muito próximo à média dos três últimos anos de remuneração. Caso contrário, é preciso apontar alternativas para a Diretoria de Seguridade e para as entidades representativas, para que que novos parâmetros sejam negociados com o BB, de forma que se proceda a uma revisão do regulamento do plano. Cabe também identificar e propor oportunidade de novos negócios que garantam o tripé rentabilidade, risco e liquidez.

JORNAL AÇÃO: Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PLP nº 268/2016. Faça uma análise global sobre o tema, mais especificamente

sobre a forma de estruturação da governança que está sendo proposta.

ELAINE MICHEL: O projeto é oriundo da CPI dos Fundos de Pensão, que investigava os investimentos destes, em especial os de fundos estatais, em função dos *déficits* registrados em 2014 e 2015.

Mesmo considerando a premissa de buscar garantir maior segurança aos participantes, por meio de gestão mais qualificada, e reduzir a possibilidade de influência governamental, partidária ou de interesses pessoais, acredito que o projeto erra quando propõe a obrigatoriedade de conselheiros deliberativos e fiscais “independentes” e a contratação de “profissionais de mercado” para a Diretoria Executiva.

Aceitando a tese de que indicados pelos patrocinadores e eleitos pelos participantes podem não ter compromisso com os recursos destes, por que acreditar que pessoas indicadas pelo mercado financeiro o teriam, em vez de resguardar interesses de quem os tiver indicado ou apenas estar comprometido com sua remuneração no curto prazo de sua gestão?

É um contrassenso para a Previ, que tem entre seus participantes excelentes profissionais em investimento e gestão. Parece-me razoável determinar critérios mínimos de qualificação, mas, sob hipótese nenhuma, excluir um direito conquistado de escolha de quem desejamos para gerir nossos recursos.

Contratar um profissional no mercado não blindar ingerência, muito menos corrupção. O importante é a fiscalização proativa por parte da Previc e a adoção de medidas de controle dos atos de gestão.

Se a intenção é melhorar a gestão e proteger o patrimônio, devemos começar pela prestação de informações, por parte dos eleitos aos participantes, sobre a condução de seus mandatos. Está claro que políticas de investimento ou desinvestimento não de ser resguardadas. No entanto, o projeto não prevê nosso direito legítimo de acompanhar as decisões, especialmente as que afetam benefícios. Isso sim nos interessa, avanços.

Bacharel em Ciências Contábeis, certificada em Curso de Formação de Conselheiros Fiscais e de Administração. Atuou como responsável em Compliance na Diretoria de Controles Internos do BB e como analista/assessora nas Diretorias de Negócios de Varejo e de Governo, com foco no mercado de crédito e em negócios com o governo. Foi diretora de Benefícios do Fundo de Pensão Multipatrocinado ANABBPprev e conselheira fiscal e deliberativa da ANABB, onde atuou também como vice-presidente de Relações Institucionais e vice-presidente de Relações Funcionais.





SYLVIO EUGENIO

CANDIDATO 4

JORNAL AÇÃO: Que ações você destacaria em seu plano de trabalho para buscar, no curto prazo, o equilíbrio técnico do Plano de Benefícios 1 e a melhor rentabilidade possível para o Plano Previ Futuro?

SYLVIO EUGENIO: Na Previ, cuidamos do futuro de pessoas. É o que sempre deve nortear nossas decisões.

No Plano 1, em até dez anos, todos poderão se aposentar. Devemos assumir a maturidade e preservar ganhos, com visão estratégica: com 48% dos ativos em renda variável, o plano se expõe a riscos. Há maior demanda de liquidez e *déficit* conjuntural de R\$ 16,14 bilhões, com R\$ 2,9 bilhões a equacionar a partir de 2017.

É prudente investir em renda fixa. A saída das ações da Vale depende da revisão de acordos a partir de 2017. Até lá, discutiremos estratégias de saída de todas as exposições, por melhores negócios na renda fixa, monitorando a curva de juros e as oportunidades de adequação à curva de obrigações.

O Previ Futuro não é menos desafiador: em estágio de acumulação, tem ativo líquido de R\$ 7,42 bilhões, provisões matemáticas de R\$ 7,28 bilhões e déficit de R\$ 58 milhões em 2015.

Por volatilidade, crise e inflação, a meta atuarial não vem sendo atingida desde 2013. Mas previdência é uma corrida de longo prazo e oscilações nos resultados são esperadas. Títulos que pagam juros periódicos e ações com políticas de dividendos estáveis podem reduzir riscos dos ativos (*duration*). Na gestão previdenciária, evita-se fugir do planejamento por riscos momentâneos.

Uma ação efetiva é a educação previdenciária, a consciência de que aportes adicionais (2B e 2C) ajudam a assegurar rendimentos compatíveis na aposentadoria. A Previ deve promover a educação financeira, também a aposentados, e o Banco, ser parceiro, oferecendo a TV BB e a UniBB (família também) para difundir essas competências.

Com transparência e compromisso, eliminaremos distorções. Finalizando a discussão sobre o teto de benefícios, orientando os colegas sobre como incorporar ações de 7ª e 8ª hora e buscando eficiência

operacional como paradigma, construiremos uma Previ melhor.

JORNAL AÇÃO: Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PLP nº 268/2016. Faça uma análise global sobre o tema, mais especificamente sobre a forma de estruturação da governança que está sendo proposta.

SYLVIO EUGENIO: O país precisa de governança robusta e de transparência para a previdência complementar. No caso das entidades reguladas pela Lei Complementar nº 108/2001, o PLP 268/2016 busca preencher essa lacuna. Embora mereça alterações, o projeto propõe melhorias, sendo as mais relevantes:

- em cada Conselho (Deliberativo e Fiscal), passa a haver renovação de um terço a cada dois anos, sendo criada a figura dos conselheiros independentes, com notória especialização. Todos os conselheiros e a Diretoria Executiva ficam proibidos de exercer atividades político-partidárias, mesmo na quarentena;
- os conselheiros independentes e toda a Diretoria Executiva serão contratados por processo seletivo público e a relação entre o Conselho Deliberativo e a Diretoria será baseada em contrato de gestão, com objetivos e metas de desempenho; e
- passa a se exigir em lei o que hoje está em portarias, por mais transparência, publicidade e fiscalização das contas. Fica definido que haverá, além do AETQ e do ARPB, o responsável por procedimentos internos em conformidade às normas e às leis.

Exigir mais transparência e evitar o uso político dos cargos é fundamental, mas o projeto pode ser melhorado. Na Previ, com apoio do BB, temos uma governança sólida e estrutura tecnicamente mais preparada, formando gestores financeiros. Assim, os conselheiros independentes e a Diretoria contratada não seriam uma vantagem. Nesses casos, poderiam prevalecer os estatutos, mantidos os requisitos de qualificação e transparência. O debate deve continuar até alcançarmos um texto mais maduro.

Colega, a Dipla é uma diretoria técnica. Escolha alguém independente, com real preparo para cuidar do seu futuro. Em 22 anos de BB, Sylvio Eugenio atuou no Corporate DF, na Mesa Internacional e na Unidade Gestão Previdenciária (UGP), apoiando a BB-Previdência. Presidiu o Instituto de Previdência dos Servidores de Natal (Natalprev). É certificado CGA-Anbima e Gestão Previdenciária, com ênfase em Investimentos-ICSS, ambas reconhecidas pela Previc para habilitação. É economista pela Universidade de Brasília (UnB), com MBA em Finanças pelo Ibmec e mestrado em Gestão de Planos e Fundos de Pensão pela Universidade de Alcalá/OISS, na Espanha.



AMIR SANTOS

CANDIDATO 5

JORNAL AÇÃO: Que ações você destacaria em seu plano de trabalho para buscar, no curto prazo, o equilíbrio técnico do Plano de Benefícios 1 e a melhor rentabilidade possível para o Plano Previ Futuro?

AMIR SANTOS: Em relação ao Plano 1, relembro que o déficit de R\$ 16 bilhões do último balanço é resultado de uma sequência de balanços negativos desde 2010, que ultrapassa os R\$ 50 bilhões. O fator que mais contribuiu para isso foi a queda da carteira de renda variável no mercado acionário. Todavia, não podemos ignorar falhas na gestão dos investimentos, como a perda de oportunidades de migração parcial para renda fixa. Embora não seja possível resolver, no curto prazo, déficits construídos ao longo de uma década, defendemos um planejamento para equalização do déficit que considere:

- Política de Diretrizes de Investimento/Alocação dos recursos garantidores em investimentos compatíveis com o estágio e a maturidade do plano;
- Plano de Ação para saída dos investimentos em renda variável no médio e no longo prazo;
- revisão periódica dos mecanismos de avaliação de riscos dos investimentos;
- não investir em FIPs ou investimentos estruturados ligados a projetos de governo.

Quanto ao Previ Futuro, as principais ações que consideramos necessárias são:

- reduzir a exposição em renda variável do Perfil Previ;
- criar o Perfil Ciclo de Vida e utilizá-lo como Perfil Padrão;
- reduzir a taxa de administração; e
- divulgar a composição das carteiras e o portfólio dos investimentos.

JORNAL AÇÃO: Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PLP nº 268/2016. Faça uma análise global sobre o tema, mais especificamente sobre a forma de estruturação da governança que está sendo proposta.

AMIR SANTOS: O PLP 268/2016 é oriundo do PLS 388/2015, aprovado por unanimidade no Senado

Federal. O projeto prevê que os cargos de Diretoria serão escolhidos por meio de seleção externa por empresa especializada, acabando com a eleição e a indicação do BB. O projeto também prevê a contratação de conselheiros independentes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Entendo que o projeto pode ter sido originado com o propósito de evitar influências, mandos e desmandos governistas, cujos interesses muitas vezes são divergentes dos interesses dos participantes, que são os verdadeiros donos dos recursos. Porém, o remédio veio em dose de veneno.

Sou contra o projeto, principalmente quanto às questões que tiram direitos fundamentais dos associados, como o de gerir ou escolher os dirigentes para, em conjunto com o patrocinador, fazer a gestão da entidade.

Não podemos deixar de enxergar que o projeto aponta uma oportunidade para atualização da lei e correção de brechas que foram utilizadas com anuência dos patrocinadores e trouxeram grandes prejuízos aos associados.

Nosso grupo HORA DA MUDANÇA, em conjunto com diversas lideranças do funcionalismo BB, está muito empenhado em convencer os legisladores a garantir no referido projeto as seguintes medidas:

- ampliação dos critérios mínimos de qualificação para o exercício dos cargos de diretor e conselheiro deliberativo e fiscal;
- eleição separada para o Conselho Fiscal, garantindo autonomia e independência;
- segundo turno nas eleições, quando o vencedor não ultrapassar 50% dos votos válidos;
- estabelecimento de teto para os dirigentes estatutários;
- impedir o pagamento de bônus a dirigentes das entidades;
- fim do voto de Minerva com alternância entre participantes e patrocinadores nas Presidências dos conselhos; e
- impedir a distribuição de superávit aos patrocinadores.

É muito importante que a mudança na lei que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) tenha como objeto de preocupação a garantia do pagamento das aposentadorias e das pensões a todos os participantes, como previsto nos regulamentos.

Tomou posse em 1987. Graduado em Administração, com MBA em Gestão Estratégica e mestrado em Desenvolvimento Empresarial. Possui certificações em ICSS, IBGC, CPA 20 e Inepad. Na Previ, foi gerente executivo na Diretoria de Seguridade de 2006 a 2012. Na Abrapp, foi membro das Comissões de Educação Previdenciária e Relacionamento com Participantes. No Banco do Brasil, foi gerente em agências de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Foi educador em cursos de Investimentos Financeiros, Gestão Econômica, Diálogo e ODM. Na Coteminas, foi conselheiro fiscal por três mandatos. Foi professor de graduação em Administração Financeira e palestrante sobre investimento e planejamento financeiro pessoal e empresarial. Aposentou-se em agosto de 2015.





ZECA

CANDIDATO 6

JORNAL AÇÃO: Que ações você destacaria em seu plano de trabalho para buscar, no curto prazo, o equilíbrio técnico do Plano de Benefícios 1 e a melhor rentabilidade possível para o Plano Previ Futuro?

ZECA: O Plano 1 tem compromissos crescentes de pagamento de benefícios e, exatamente para cumprir sua missão de “garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável”, precisa adotar e intensificar a busca por maior liquidez em sua Política de Investimentos, sem descuidar da rentabilidade e dos riscos, tornando sua carteira de investimentos mais adequada à maturidade do plano. Nesse sentido, não podemos deixar de aproveitar as oportunidades de desinvestimento em renda variável, favorecidas pelo grande interesse de investidores em nossos ativos, migrando para títulos de renda fixa, mais seguros, líquidos e que têm apresentado taxas de retorno acima do atuarial.

De forma inversamente proporcional, o Plano Previ Futuro está em fase de acumulação e a grande maioria de seus associados ainda está distante da aposentadoria. Isso permite que sua Política de Investimentos possa ser mais agressiva, com maior alocação em renda variável, mas sempre buscando uma conjugação adequada de rentabilidade, risco e liquidez. Assim, uma importante medida seria aprimorar as opções de perfis de investimento disponíveis para os associados. Não é de hoje que o mercado de previdência já trabalha com o conceito de Ciclo de Vida, bastante adequado a um plano de contribuição variável e de acumulação individual, pois permite que cada associado customize as variáveis risco, retorno e volume de recursos, de acordo com o seu momento de vida e carreira. Por fim, é fundamental intensificar as ações de educação financeira e previdenciária para que os associados tenham todas as informações necessárias para otimizar e aproveitar todos os bene-

fícios que o Plano Previ Futuro pode proporcionar.

JORNAL AÇÃO: Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PLP nº 268/2016. Faça uma análise global sobre o tema, mais especificamente sobre a forma de estruturação da governança que está sendo proposta.

ZECA: A princípio, iniciativas que visem aprimorar a governança dos fundos de pensão, de forma a proteger e ampliar as conquistas de seus associados, são bem-vindas. Ocorre que algumas propostas apresentadas no âmbito do PLP 268/2016, se aprovadas, podem representar um retrocesso para a Previ, cujo modelo de governança já consolidado é de vanguarda e foi construído ao longo dos anos, a partir de muita mobilização e discussão de seu corpo associativo.

Em particular, preocupa a possibilidade de diminuição da representatividade, por meio de dirigentes eleitos pelos associados, dada a obrigatoriedade da presença de dirigentes “independentes” e do processo seletivo que a nova regra imputaria. Além de reduzir a representação dos associados, passaríamos a contar com dirigentes que não possuem vínculo com o Banco e a Previ, fragilizando o comprometimento com a sustentabilidade da entidade, que vem sendo garantido pela regra de só ter dirigentes associados há, no mínimo, dez anos.

Entendo que o principal fator de blindagem da Previ passa pela opção estratégica, que a entidade já pratica, de trabalhar com funcionários egressos dos quadros do Banco, associados e beneficiários dos planos administrados, com expertise e zelo para cuidar do próprio futuro. É isso que tem contribuído para que a Previ permaneça sólida e cumpridora de sua missão. Portanto, não podemos abrir mão disso e devemos contribuir para que as propostas de regramento apresentadas signifiquem, de fato, um avanço para todo o sistema de previdência complementar.

Graduado em Gestão de Comércio Exterior, com MBA em Formação Geral para Altos Executivos pela USP. Tomou posse no Banco do Brasil em abril de 1978 como menor estagiário, na Agência Guaíba (RS). Foi supervisor em Barreirinhas (MA), gerente de expediente em Santa Rita Doeste (PR), gerente de agência em Grajau (MA), Engenheiro Beltrão (PR), Belém (PA), Dourados (MS), gerente-geral de URC no Pará e Distrito Federal, superintendente regional em Dourados (MS), Cascavel (PR) e Florianópolis (SC), gerente executivo do projeto de incorporação do Besc, superintendente estadual em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, diretor da Diretoria de Distribuição e Diretoria de Agronegócios. Membro titular do Conselho Fiscal da Brasilcap e do Conselho de Administração da BrasilDental. Aposentou-se do Banco do Brasil em julho de 2016.



MÁRCIO DE SOUZA

CANDIDATO 7

JORNAL AÇÃO: Que ações você destacaria em seu plano de trabalho para buscar, no curto prazo, o equilíbrio técnico do Plano de Benefícios 1 e a melhor rentabilidade possível para o Plano Previ Futuro?

MÁRCIO DE SOUZA: A Diretoria de Planejamento é o olhar do associado sobre o processo de investimento. É ocupada por um diretor eleito e responsável por elaborar a política de investimentos, que deve ser definida de acordo com o perfil de cada plano de benefícios e ajustada sempre que houver alterações na conjuntura econômica e perspectivas de futuro.

O Plano 1 e o Previ Futuro estão em fases distintas. O primeiro é maduro, paga muito mais benefícios do que arrecada em contribuições e, por isso, precisa aumentar a liquidez dos investimentos. Já o Previ Futuro está em fase de capitalização e pode ter investimentos voltados ao retorno de longo prazo.

Defendemos que o Plano 1 reduza gradativamente sua participação em renda variável, aproveitando os melhores momentos para venda, levando em conta a rentabilidade acumulada, o preço de venda dos papéis, os bons pagadores de dividendos e, sobretudo, negociando valores adicionais para venda das empresas das quais a Previ participa do bloco de controle. Pretendemos aumentar a exposição em renda fixa, adquirindo títulos de longo prazo e de baixo risco, que garantam rentabilidade superior à taxa atuarial. Esta política de investimentos ajudará o Plano 1 a readquirir o equilíbrio técnico sem exigir contribuições extraordinárias dos associados.

No Previ Futuro, o volume de contribuições é bem maior que o de benefícios pagos. Este perfil permite maior diversificação dos investimentos. Podemos aproveitar boas oportunidades para adquirir títulos de renda fixa de longo prazo, com boas taxas de retorno e baixo risco de crédito, e investir em renda variável, aproveitando as melhores oportunidades para compra de ações com bom preço, liquidez e pagamento

de dividendos, orientados por *benchmarks* como o IBrX-50. Esta é a forma de melhorar a rentabilidade.

JORNAL AÇÃO: Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PLP nº 268/2016. Faça uma análise global sobre o tema, mais especificamente sobre a forma de estruturação da governança que está sendo proposta.

MÁRCIO DE SOUZA: O PLP 268/2016 tem recebido fortes críticas das entidades representativas dos trabalhadores. Primeiro, porque reduz drasticamente o poder de fiscalização e administração dos associados sobre seu patrimônio previdenciário e sobre a gestão de seu plano de benefícios. Segundo, porque transfere aos agentes do mercado a gestão dos investimentos, retirando dos donos do patrimônio – os associados – o poder de decisão sobre a aplicação de seus recursos. Terceiro, porque entrega a estranhos, os conselheiros ditos “independentes”, o poder de modificar estatutos e regulamentos dos planos, alterando direitos e benefícios que devem ser de competência dos associados dos fundos de pensão, em negociação com a empresa patrocinadora.

As mudanças previstas no PLP 268/2016 prejudicam sobremaneira os associados da Previ. Conquistamos a eleição direta de metade da Diretoria, em um modelo de gestão muito mais avançado que a própria legislação, que oferece segurança e estabilidade à gestão da Previ, impede o Banco de decidir segundo seus próprios interesses e protege a Previ de interferências externas. Este modelo de governança foi considerado o mais adequado pela própria CPI dos Fundos de Pensão. O PLP 268 elimina este modelo de governança democrático, proíbe a eleição de diretores, entrega o controle da Previ a agentes de mercado e pode submeter a gestão a interesses estranhos aos dos associados, colocando em risco nosso patrimônio. Lutaremos junto com as entidades representativas para impedir sua aprovação.

No BB desde 1981. Cedido à Previ desde 2004. É gerente executivo da área de Benefícios e substituto do diretor eleito de Seguridade. Foi assessor e chefe de gabinete da Diretoria Executiva. Participou da negociação que restabeleceu eleição direta de diretores e criou os Conselhos Consultivos de Planos. Integra a Comissão de Seguridade da Abrapp. Graduado em Direito. Tem MBA em Gestão de Projetos pela FGV. É certificado pela Anbima (CPA20) e como Gestor de Fundo de Pensão pelo ICSS. Foi presidente do Sindicato dos Bancários de Petrópolis (RJ) e membro da Comissão de Empresa do BB.



COBRANÇA DAS CUSTAS DAS AÇÕES JUDICIAIS SOFRE ALTERAÇÕES

A ANABB reviu a forma de cobrança das custas aos associados em relação às ações judiciais. As modificações foram necessárias porque os valores cobrados eram insuficientes para pagar as despesas do processo. No entanto, somente serão chamados a ressarcir as custas os associados vitoriosos em seus processos.

Sempre que a Associação recebe documentos para ajuizar uma ação individual em nome de seus associados, há um custo referente às despesas administrativas e processuais. Os associados sempre contribuíram com um valor fixo, variando de acordo com o tempo e o objeto da ação. Nas ações que questionam o FGTS, por exemplo, o valor pedido passou a ser R\$ 300,00 em março de 2016. Contudo, esses valores não têm sido suficientes para cobrir as custas judiciais.

Por exemplo, o valor de ajuizamento de uma ação na Justiça Federal comum é 0,5% sobre o proveito econômico do autor, ou seja, é de no mínimo R\$ 236,40 (0,5% sobre 60 salários mínimos). Esse valor já é superior ao que a ANABB vinha solicitando para ingressar com a ação judicial do FGTS até o início deste ano (R\$ 150,00).

Segundo o vice-presidente de Relações Funcionais da ANABB, Haroldo Vieira, “devido à insuficiência do valor pago pelos associados para as custas do processo, a Associação passou a adiantar aos advogados os valores necessários para pagar as despesas com ajuizamento e recursos da ação, como apelação, agravo e tribunais superiores, todos com novas taxas a serem recolhidas”.

Faz algum tempo que o Judiciário tem exigido que o valor da causa corresponda efetivamente ao ganho que será obtido pelo autor da ação e as custas iniciais

e de apelação sejam pagas sobre esse montante. Isso é bem diferente do que acontecia antes, quando o valor que o advogado atribuía às causas em juízo era bem simbólico. O valor a que cada associado teria direito era apurado somente na execução da ação.

É importante destacar que essas custas processuais possuem prazo determinado para seu recolhimento, o que torna impossível manter contato com os autores a cada necessidade de pagamento de despesas. E a falta do pagamento é considerada como deserção e desconhecimento do referido.

Vale lembrar que, segundo os Artigos 82 a 97 do novo Código de Processo Civil (CPC), vigente a partir de 18/3/2016, o pagamento das custas do processo é de responsabilidade dos envolvidos nele. Após sua conclusão, normalmente a parte vencida ressarcirá o valor das custas pagas na ação ao vencedor. É nesse momento que o advogado devolve os valores adiantados à ANABB, se for o caso.

Há situações em que o juiz não determina a devolução das custas do processo. Outras vezes, ele decide que o valor deve ser rateado entre a parte vencida e a vencedora, sem devolução para ninguém. Nestes casos, a Associação não recebe de volta, no fim do processo, os valores das despesas processuais adiantadas durante seu curso.

Por tudo isso, a Diretoria Executiva definiu que, em todas as ações judiciais atualmente em curso ou encerradas a partir de janeiro de 2012, em que o advogado não consiga a devolução dos valores adiantados pela Associação ao longo do processo, os associados serão chamados a ressarcir esses valores à entidade. Claro que esse ressarcimento somente será feito quando os associados forem vitoriosos em suas ações e tenham obtido o crédito do direito pleiteado. ■



Aproveite a oportunidade e garanta um **sorriso saudável** para **sua família!**

Um benefício de alta qualidade: **OdontoAnabb**

Para as adesões realizadas até o dia **4** a vigência do plano será no dia **20** do mesmo mês!

> Planos e Coberturas**

Integral - total cobertura do rol mínimo ANS + 27 procedimentos

- Cirurgias (cirurgias odontológicas realizadas em consultório)
- Dentística (restaurações)
- Diagnóstico (identificação do tratamento / consultas)
- Endodontia (tratamento de canal)
- Radiologia (raio X)
- Periodontia (tratamento de gengiva)
- Prevenção (limpeza dos dentes)
- Prótese (garantidos pelo rol mínimo)
- Urgência/Emergência (alívio de dor)

Titular R\$ 0,00

Dependente R\$ 13,32

Master

- Toda cobertura do plano Integral, acrescido de:

- Cobertura completa nas especialidades de Ortodontia (colocação e manutenção de aparelho) e Prótese Dentária (inclusive cerâmica e porcelana)

Carência: Para novos associados e seus dependentes haverá carência de 60 dias, somente nas especialidades de Prótese e Ortodontia.

Titular R\$ 91,87

Dependente R\$ 91,87



First Livre Escolha*

- Toda a cobertura do plano Master, acrescidos de:

- Implantes (cirurgia, prótese sobre implante, periodontia e radiologia)

Carência: Para novos associados e seus dependentes haverá carência de 60 dias, somente nas especialidades de Prótese, Ortodontia e Implantodontia (implantes).

Titular R\$ 261,47

Dependente R\$ 261,47

*Livre Escolha de Cirurgiões-dentistas, ou seja, você pode realizar um tratamento, desde que coberto pelo plano, com um profissional que não integre a Rede Credenciada OdontoPrev e obter reembolso de acordo com a tabela de procedimentos de reembolso do plano contratado. **Conheça a cobertura completa nas especialidades mencionadas, acessando o portal OdontoANABB.



www.anabb.org.br/odontoanabb
Disque OdontoANABB 0800 727 9669

O QUE A ANABB FAZ POR NÓS

João Botelho

Vice-presidente de Relações Institucionais
virin@anabb.org.br



“Não pergunte o que seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer para seu país.”

John F. Kennedy

É comum ouvirmos questionamentos simplistas, mas tendenciosos, sobre o que a ANABB pode ou está fazendo por seus associados.

Isso nos leva a lembrar a importância do associativismo, de modo geral, e tentar entender as motivações e os frutos de atitudes de nossos antepassados, sobretudo das gerações que nos antecederam no Banco do Brasil. Aliás, o associativismo nasceu da necessidade de as pessoas unirem seus esforços para alcançar um objetivo comum.

Tivessem os heroicos 52 colegas que fundaram a **“Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil”** preocupações apenas imediatistas, não teriam se unido para, antecipando-se mesmo às mudanças de seu tempo e à própria previdência oficial no Brasil, a criação da Previ.

E para quê? Que benefício a nascente entidade poderia proporcionar-lhes de imediato?

Nada. Absolutamente nada.

Todavia, conscientes da insegurança quanto ao futuro de seus descendentes, irmanaram-se na construção de um objetivo comum, qual seja estruturar uma entidade **“cujo fim é exclusivamente garantir o pagamento de uma pensão mensal ao herdeiro do funcionário que dela fizer parte”**, como consta no Artigo 1º do primeiro Estatuto.

É fácil dimensionar hoje os benefícios que recebemos da Previ, fruto do vanguardismo e do desprendimento dos que a erigiram. Nem nos preocupamos com a história. Entramos depois no BB e isso já estava pronto, embora não tenha caído do céu.

Com o passar do tempo, novos produtos passaram a ser-nos oferecidos pela Previ. Empréstimos imobiliários, para nos ajudar na conquista da tão sonhada e valorizada casa própria. Empréstimos simples, para nos livrar de sufocos financeiros momentâneos, e por aí vai. Será que os fundadores chegaram a pensar nisso nas reuniões que precederam e fizeram vicejar a Caixa?

É certo que os recursos de uma e de outra dessas carteiras decorrem de poupanças dos próprios participantes, arvoram-se em dizer alguns, como se a Previ não fizesse mais que obrigação. É certo também que uns e outros criticam as condições e os critérios desses empréstimos. Mas isso corrobora a assertiva de que precisamos deles e a eles recorreremos. E se não os tivéssemos?

Temos também a Cassi, a Fenabb, as AABBs, a ANABB, entre outras entidades. Criada para atuar em de-

fesa do Banco e de seu funcionalismo, a ANABB, além de oferecer a seus associados serviços específicos, no sistema do individualismo, oferece ainda trabalhos pontuais que beneficiaram, beneficiam e beneficiarão todos no sistema do associativismo.

Em 1990, a ANABB conseguiu, com ação judicial, impedir que a Previ aplicasse 25% de suas reservas técnicas em certificados de privatização, chamados de moedas podres, porque sem rentabilidade ou garantia de retorno. Nessa mesma linha de ação, em 1994, nova medida judicial livrou a Previ de aplicar 35% (R\$ 1,5 bilhão) de suas reservas técnicas em títulos da dívida pública (NTN Série R), com juros entre 8% e 12% ao ano, quando a inflação beirava 2.500% ao ano.

Essas medidas tiveram e têm certamente contribuído para a higidez da Previ, com reflexos individuais para cada participante ou assistido da Caixa. Garantiram a dispensa de contribuição e o pagamento do BET por algum tempo e a certeza de continuarmos a receber nossos benefícios.

Mas houve e há outras ações da ANABB com resultados diretos para cada funcionário do BB (ativo, aposentado e pensionista), seja ou não associado da entidade.

A título de exemplo, em 1997, a ANABB apresentou e defendeu na Assembleia Nacional Constituinte três emendas populares, uma das quais abordando a participação dos trabalhadores nos lucros e nos resultados das empresas.

Outros trabalhos se seguiram com ajuizamentos coletivos em defesa dos associados (Imposto de Renda sobre 1/3 dos benefícios da Previ em 1994; contra a tributação sobre venda de férias, folgas, abonos assiduidade e licença-prêmio em 1995; e IR Quilometragem em 1999, todas ações que já produziram e continuam produzindo efeitos). Esses resultados beneficiaram individualmente milhares de associados em valores que, somados, beiram os R\$ 2 bilhões. Se você nunca recebeu PLR, benefício da Previ, Quilometragem do Banco e nunca vendeu férias, então você tem razão. A ANABB nunca fez nada por você.

É cediço que o associativismo objetiva o envolvimento de algumas ou de muitas pessoas em busca de um objetivo comum. O fogo pode ter sido a forma mais empírica de associativismo, quando em torno dele nossos ancestrais se reuniam nas cavernas em busca de calor e proteção. Talvez por esse simbolismo, os gregos o ligaram aos Jogos Olímpicos.

Hoje circula por nossas cidades a Tocha Olímpica. Reunamo-nos em torno dessa chama em busca de uma ANABB mais forte, de um BB que cumpra sua função social e, com ela e com ele, de uma nação mais justa e de uma humanidade mais humana. ■